



Organizadoras

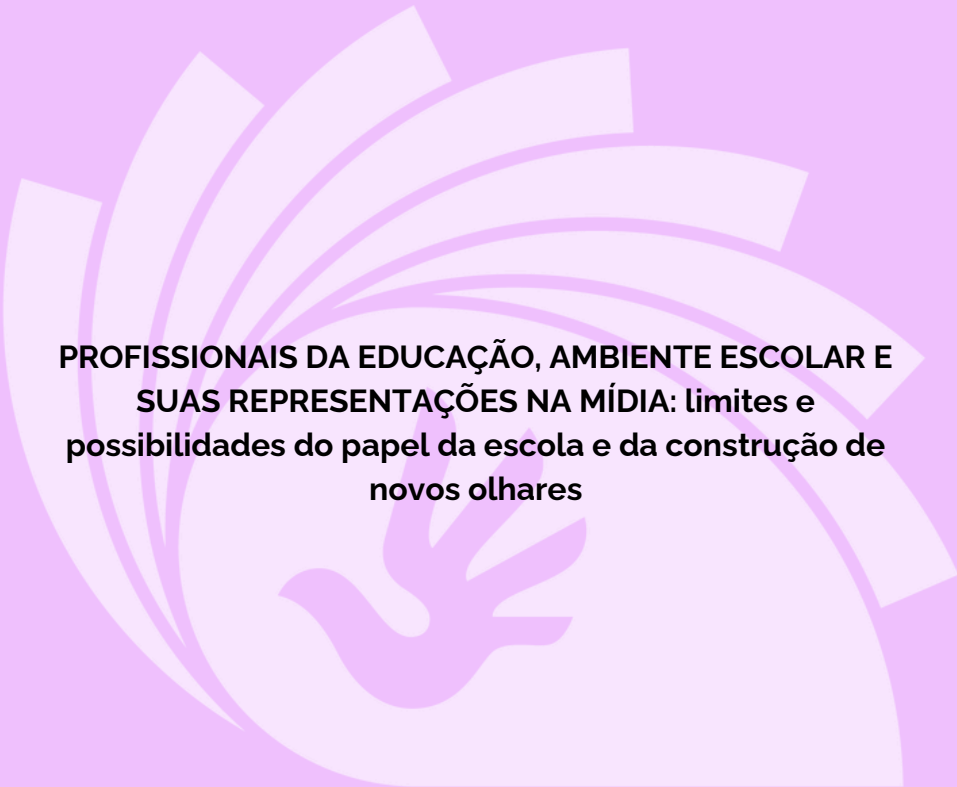
**Gláucia Carvalho Gomes**  
**Marlei José de Souza Dias**  
**Valéria Maria Rodrigues**



**5**

**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO,  
AMBIENTE ESCOLAR E SUAS  
REPRESENTAÇÕES NA MÍDIA: limites e  
possibilidades do papel da escola e da  
construção de novos olhares**

Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a  
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades



**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, AMBIENTE ESCOLAR E  
SUAS REPRESENTAÇÕES NA MÍDIA: limites e  
possibilidades do papel da escola e da construção de  
novos olhares**

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**

### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO – SECADI**

Zara Figueiredo  
Secretária

Cleber Santos Vieira  
Diretor de programa

Erasto Fortes Mendonça  
Coordenador-Geral de Políticas Educacionais em Direitos  
Humanos

Maraisa Bezerra Lessa  
Coordenadora de Projetos

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU**

Carlos Henrique de Carvalho  
Reitor

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior  
Pró-reitor de Extensão e Cultura

Maria Andrea Angelotti Carmo  
Diretora de Extensão

Gláucia Carvalho Gomes  
Coordenadora do Programa Formação Continuada de  
Profissionais da Educação para a Promoção e Defesa dos  
Direitos Humanos e Diversidades

### **PARCERIAS:**

**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA  
REPÚBLICA - SECOM**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB**

# **Curso de Aperfeiçoamento em Educação Midiática para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Diversidades**

## **Sistematização e Organização**

Gláucia Carvalho Gomes  
Marlei José de Souza Dias  
Valéria Maria Rodrigues

## **Assessoria Didático-pedagógica**

Eliamar Godoi

## **Revisão**

Regina Nascimento Silva

## **Projeto gráfico e Identidade visual**

Gabriel Ballador

## **Diagramação e Ilustrações**

Karen Regina Silva Costa

## **Autores**

Carina Luisa Ochi Flexor  
Cristiane Parente de Sá Barreto  
Fernando Oliveira Paulino  
Mariana Ferreira Lopes

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

P964

Profissionais da educação, ambiente escolar e suas representações na mídia: limites e possibilidades do papel da escola e da construção de novos olhares / Organização de Gláucia Carvalho Gomes, Marlei José de Souza Dias, Valéria Maria Rodrigues; Ilustrações de Karen Regina Silva Costa. – Uberlândia-MG: Culturatrix, 2026.

Autores: Carina Luisa Ochi Flexor, Cristiane Parente de Sá Barreto,  
Fernando Oliveira Paulino, Mariana Ferreira Lopes.

(Educação midiática para promoção dos direitos humanos e diversidades, V. 5)

Livro em PDF

ISBN 978-65-86889-51-2

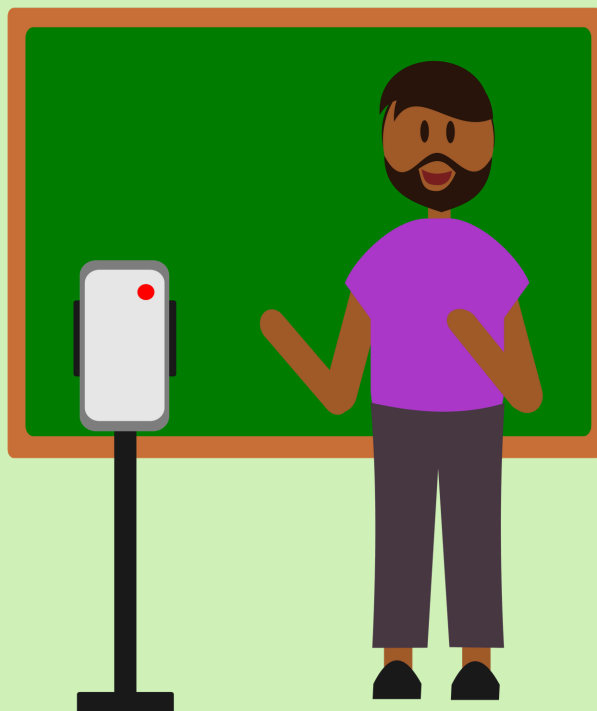
1. Educação. 2. Mídia. 3. Ambiente escolar. I. Gomes, Gláucia Carvalho (Organizadora). II. Dias, Marlei José de Souza (Organizador). III. Rodrigues, Valéria Maria (Organizadora). IV. Costa, Karen Regina Silva (Ilustradora). V. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Educação

**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO,  
AMBIENTE ESCOLAR E SUAS  
REPRESENTAÇÕES NA MÍDIA:  
limites e possibilidades do papel  
da escola e da construção de  
novos olhares**





## SUMÁRIO

<b>CONVITE AO ESTUDO.....</b>	<b>08</b>
Ementa .....	14
Diálogo Aberto .....	15
Escola na mídia, mídia na escola .....	16
<b>1 MÍDIAS E REPRESENTAÇÕES .....</b>	<b>17</b>
1.1 Reconhecimento e desconstrução de estereótipos nas mídias .....	17
1.2 Representações da escola e da/o professor/a nos discursos midiáticos .....	20
1.3 Responsabilidade social da mídia .....	24
1.4 Diálogos com a mídia .....	29
<b>2 AMBIENTE MIDIÁTICO E DIGITAL, VIOLÊNCIA NAS, ÀS E CONTRA AS ESCOLAS .....</b>	<b>32</b>
2.1 Violência e jogos on-line .....	39
<b>3 O ECOSISTEMA COMUNICATIVO NAS ESCOLAS .....</b>	<b>44</b>
<b>4 EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E COMUNICAÇÃO ESCOLAR PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DAS DIVERSIDADES .....</b>	<b>48</b>
Investigações/curiosidades sobre o tema .....	51
<b>ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>52</b>
<b>ATUALIDADES .....</b>	<b>54</b>
<b>CONEXÕES .....</b>	<b>57</b>
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>61</b>
<b>VOCABULÁRIO .....</b>	<b>63</b>
<b>ASSIMILE .....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>

## CONVITE AO ESTUDO

Neste material, propomos uma discussão centrada no ambiente escolar e no modo como a escola e seus profissionais são representados – ou, por vezes, omitidos – por veículos de comunicação, páginas na internet e perfis em mídias sociais. Nele, são apresentadas sugestões para que gestores/as, docentes, técnicos/as, familiares e estudantes possam se expressar, contribuindo para o fortalecimento da comunicação dentro e fora das instituições escolares.

Trata-se de uma discussão fundamental, uma vez que à escola são atribuídas múltiplas responsabilidades e demandas, que geram expectativas acerca do papel das instituições educacionais e de seus profissionais. Para além de se manifestar no cotidiano das práticas educativas, esse debate projeta-se também no ecossistema comunicacional, produzindo interpretações e representações sobre a escola que merecem ser colocadas em análise.

A proposta consiste, portanto, em tomar a escola e a comunidade escolar como centro e ponto de partida dessa reflexão, considerando o que a própria instituição e os/as profissionais da educação têm a dizer sobre si e sobre seu espaço de trabalho. Partimos do olhar de quem integra os ambientes educacionais e, a partir desse lugar, constrói percepções e concepções singulares sobre a escola e suas práticas.

Estudar a construção das representações sociais da escola e do trabalho de educadores/as realizadas por veículos de comunicação, perfis e outras páginas na internet constitui um exercício que contribui para compreender como, ao menos parte da sociedade, identifica e interpreta a atuação desses/as profissionais. Para tanto, é necessário reconhecer que tanto o ambiente de ensino e aprendizagem quanto esses atores diversos e plurais estão inseridos em contextos marcados por diferenças sociais, políticas e econômicas. Além disso, são recorrentemente tensionados na execução de seus papéis por conteúdos publicados que podem estar atravessados pela

ampliação de fenômenos como as chamadas “desordens informativas”, o enclausuramento de cidadãos em “bolhas informativas” e a “intolerância” (Lopes *et al.*, 2023, p. 164).

Em outras palavras, evidencia-se a necessidade de analisar as imagens construídas e difundidas sobre a escola e seus/suas profissionais, frequentemente colocados em visibilidade de modo parcial, distorcido, ruidoso, insuficiente ou enviesado. Compreender como, por que e por quais meios essas representações se consolidam constitui um passo importante para que, a partir da própria escola e das imagens socialmente construídas, educadores possam atuar no chamado “ecossistema midiático”, oferecendo, quando necessário, alternativas, contrapontos e narrativas fundamentadas.

Cotidianamente surgem casos e situações ocorridas no ambiente escolar que, embora inseridas em contextos complexos, são frequentemente tratadas ou “compreendidas” de forma simplista e reducionista. Tal abordagem tende a desconsiderar as múltiplas camadas e interseccionalidades envolvidas, na tentativa de oferecer respostas rápidas a questões que, em geral, exigem análises mais aprofundadas. O resultado, não raro, são representações enviesadas e distorcidas da escola e dos profissionais que dela fazem parte.

Buscamos, aqui, construir uma compreensão mais aprofundada acerca do contexto de produção, distribuição e circulação de conteúdos relacionados às instituições educativas e à comunidade escolar. Nesse sentido, acentua-se a necessidade de fortalecer o papel da escola, de professores/as, gestores/as, técnicos/as e demais profissionais da educação na atuação no campo da educação midiática, com vistas, ao menos em um primeiro momento, à redução de potenciais danos decorrentes de representações enviesadas, distorcidas, estereotipadas ou mesmo antiéticas veiculadas sobre a escola, seus docentes e temas de interesse público que atravessam a educação, como a definição de políticas públicas para o setor.

Um exemplo de publicação marcada por viés ou, ao menos, por tentativas de oferecer respostas simplistas a questões complexas e multifacetadas é o caso destacado a seguir, ocorrido em abril de 2025, no município de Araucária, no estado do Paraná,

envolvendo uma escola, o Ministério Público e a mãe de uma criança celiaca, em torno de questões relacionadas à alimentação escolar.<sup>1</sup>

A análise proposta não está centrada no simples fato de a mídia noticiar o ocorrido, pois esse é seu papel, e é importante que questões do universo escolar alcancem públicos que não estão diretamente ligados à escola. Também não se trata aqui de avaliar o episódio em si, o que, aliás, poderia constituir uma investigação interessante, seja como estudo de caso, seja a partir dos posicionamentos dos membros da comunidade escolar.

O que se busca evidenciar é a forma como uma situação comum do dia a dia escolar foi convertida em tema de um vídeo divulgado na internet, que "viralizou" e, em função dos algoritmos e dos mecanismos de monetização das redes sociais, passou a atrair cada vez mais a atenção de perfis "fora da bolha", ou seja, externos ao círculo habitual da comunidade escolar.

Essa dinâmica ampliou sua visibilidade e intensificou os comentários, até que a repercussão alcançou tal dimensão que resultou na publicação de reportagem em um portal de grande notoriedade, estimulando outras comunidades a tomarem o episódio como referência diante de situações semelhantes.

A inclusão desse tópico em um material de educação midiática e educação em direitos humanos busca, entre outros objetivos, promover um diálogo acerca do papel da escola nesse tipo de debate e sobre as formas pelas quais pode participar dele de maneira crítica e propositiva.

Nesse sentido, procuramos demonstrar que escola, bem como os/as docentes e demais profissionais da educação, precisam ser compreendidos e representados pelos veículos de comunicação a partir da perspectiva dos direitos fundamentais, do respeito às diversidades, da defesa da democracia, do fortalecimento da cidadania e do avanço da ciência. Essas perspectivas contrapõem-se a narrativas que tratam a comunidade escolar como espaço-tempo de perpetuação de preconceitos ou práticas

---

<sup>1</sup> A reportagem pode ser acessada em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/04/29/parana-crianca-celiaca-discussao-entre-escola-e-mae.htm#:~:text=O%20diagn%C3%B3stico%20de%20doen%C3%A7a%20cel%C3%ADaca.%C3%A0%20dieta%20adequada%20na%20escola>

discriminatórias, ou que reduzem seus/suas profissionais a estereótipos controversos, tensionando o papel democrático, emancipador e transformador da escola e da ação cidadã daqueles que nela atuam.

Esta unidade também pretende destacar um ponto essencial: ainda que se reconheça a dificuldade de transformar a forma estereotipada com que a mídia, por vezes, retrata a escola e seus/suas profissionais, é fundamental recordar a afirmação de Paulo Freire (2000): "mudar é difícil, mas é possível". Torna-se, portanto, necessário seguir aprendendo, dialogando, exercendo o papel educativo e construindo redes de apoio sempre que possível. Nesse percurso, assume especial relevância a ocupação – ou mesmo a criação – de espaços nos quais a escola e seus/suas profissionais possam ser ouvidos e reconhecidos.

Esperamos, ainda, que as reflexões teóricas e práticas desenvolvidas neste material contribuam para ampliar a compreensão de que, no âmbito escolar, o aprofundamento acerca da atuação da mídia na construção de representações sociais mais abrangentes da educação pode assumir dimensões mais plurais, universalizadas e inovadoras.

Esse movimento pode ocorrer por meio de ações diretas e indiretas de todos aqueles que participam do cotidiano escolar, seja no fortalecimento de posicionamentos críticos de estudantes diante dos conteúdos que consomem e produzem, seja na transformação das formas pelas quais a própria mídia se relaciona com a escola e com os diferentes profissionais que nela atuam.

Por fim, retomamos o poema "A Escola", frequentemente atribuído a Paulo Freire, embora sua autoria seja desconhecida, sendo muitas vezes associado a uma educadora participante de um dos cursos ministrados por ele, conforme registro do próprio site do Instituto Paulo Freire (Pontes, 2021). Entende-se que seus versos ressaltam aspectos fundamentais a partir dos quais a escola e seus/suas profissionais podem e devem ser representados/as, tanto no interior quanto fora do ambiente midiático.

discriminatórias, ou que reduzem seus/suas profissionais a estereótipos controversos, tensionando o papel democrático, emancipador e transformador da escola e da ação cidadã daqueles que nela atuam.

Esta unidade também pretende destacar um ponto essencial: ainda que se reconheça a dificuldade de transformar a forma estereotipada com que a mídia, por vezes, retrata a escola e seus/suas profissionais, é fundamental recordar a afirmação de Paulo Freire (2000): "mudar é difícil, mas é possível". Torna-se, portanto, necessário seguir aprendendo, dialogando, exercendo o papel educativo e construindo redes de apoio sempre que possível. Nesse percurso, assume especial relevância a ocupação – ou mesmo a criação – de espaços nos quais a escola e seus/suas profissionais possam ser ouvidos e reconhecidos.

Esperamos, ainda, que as reflexões teóricas e práticas desenvolvidas neste material contribuam para ampliar a compreensão de que, no âmbito escolar, o aprofundamento acerca da atuação da mídia na construção de representações sociais mais abrangentes da educação pode assumir dimensões mais plurais, universalizadas e inovadoras.

Esse movimento pode ocorrer por meio de ações diretas e indiretas de todos aqueles que participam do cotidiano escolar, seja no fortalecimento de posicionamentos críticos de estudantes diante dos conteúdos que consomem e produzem, seja na transformação das formas pelas quais a própria mídia se relaciona com a escola e com os diferentes profissionais que nela atuam.

Por fim, retomamos o poema "A Escola", frequentemente atribuído a Paulo Freire, embora sua autoria seja desconhecida, sendo muitas vezes associado a uma educadora participante de um dos cursos ministrados por ele, conforme registro do próprio site do Instituto Paulo Freire (Pontes, 2021). Entende-se que seus versos ressaltam aspectos fundamentais a partir dos quais a escola e seus/suas profissionais podem e devem ser representados/as, tanto no interior quanto fora do ambiente midiático.

## A Escola

Escola é...  
... o lugar que se faz amigos.  
Não se trata só de prédios, salas, quadros,  
Programas, horários, conceitos...  
Escola é sobretudo, gente  
Gente que trabalha, que estuda  
Que alegra, se conhece, se estima.  
O Diretor é gente,  
O coordenador é gente,  
O professor é gente,  
O aluno é gente,  
Cada funcionário é gente.  
E a escola será cada vez melhor  
Na medida em que cada um se comporte  
Como colega, amigo, irmão.  
Nada de "ilha cercada de gente por todos os lados"  
Nada de conviver com as pessoas e depois,  
Descobrir que não tem amizade a ninguém.  
Nada de ser como tijolo que forma a parede,  
Indiferente, frio, só.  
Importante na escola não é só estudar, não é só  
trabalhar,  
É também criar laços de amizade,  
É criar ambiente de camaradagem,  
É conviver, é se "amarrar nela!"  
Ora, é lógico...  
Numa escola assim vai ser fácil!  
Estudar, trabalhar, crescer,  
Fazer amigos, educar-se, ser feliz.  
É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.

### SAIBA MAIS:

Relatamos, a seguir, um caso, bem como a sugestão de reprodução da atividade nele referenciada, a qual considera o poema acima mencionado. Trata-se de uma (re)elaboração do poema "A Escola é", proposta como atividade a ser realizada em sala de aula, conforme indicado pelo professor Renato Pontes (2022), que a descreve e explica:

O poema aqui apresentado é resultado de uma atividade desenvolvida na disciplina: "Tópicos Especiais: Leituras de Paulo Freire e Educação Popular" [...] desenvolvida no Departamento de Educação da PUC-Rio, no segundo semestre de 2021. A oferta dessa disciplina, que teve uma primeira versão em 2015, se inseriu no conjunto de ações feitas pelo Departamento para celebrar o centenário de Paulo Freire ao longo do ano de 2021. O texto é o resultado de um trabalho coletivo feito como atividade de síntese, após a conclusão da leitura do livro Pedagogia do Oprimido. Na atividade, o poema A ESCOLA, atribuído a Paulo Freire, foi lido e discutido com a turma. Cada verso foi previamente numerado. Após a primeira leitura e discussão, os estudantes convidados a escolher um verso e continuar a escrita a partir dele. Em seguida, os versos dos estudantes foram incorporados ao poema original criando um novo texto com a participação de todos/as. Ao final, o novo poema foi lido coletivamente gerando uma nova rodada de discussões. Para que se possa acompanhar a construção do texto, na versão aqui apresentada as frases originais do poema Escola foram colocadas em negrito e as frases dos estudantes com a fonte sem negrito. Os nomes dos/as estudantes foram colocados abaixo das suas frases para identificar a autoria.

Essa atividade foi originalmente concebida pela professora Maria Cândida Caetano Gomes, que lecionou História por mais de 30 anos na rede pública municipal do Rio de Janeiro. Todos os créditos, portanto, devem ser atribuídos a ela. A professora costumava apresentar e discutir a obra de Paulo Freire com alunos/as do 5º e 6º anos, na Escola Reverendo Martin Luther King, situada na Praça da Bandeira, realizando com eles/as essa mesma proposta. Seu contato com o professor Renato Pontes ocorreu por meio Núcleo de Educação de Adultos (NEAd) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde ele atuou por 15 anos, sendo um dos fundadores, e onde Cândida também exerceu a docência em diferentes processos de formação de educadores de jovens e adultos (Pontes, 2022).

## EMENTA

Mídias e Representações. Reconhecimento e desconstrução de estereótipos nas mídias. Representações da escola e do/a professor/a nos discursos midiáticos. Escolas, Mídias e Violências. Cobertura das violências nas escolas. Escola e Cultura de Paz.

Educação midiática e comunicação escolar para a promoção dos direitos humanos e diversidades. Ecossistemas educacionais (gestão da educação). O papel da escola na produção de conteúdo/mídia/movimentos sociais/mobilização e ativismo

## DIÁLOGO ABERTO

A reflexão analítica proposta nesta unidade fundamenta-se em, pelo menos, três movimentos, conforme sugere o teórico da comunicação Juremir Machado da Silva (2010):

- a. **movimento do “estranhamento”**: mobilizado pelas inquietações e possíveis dúvidas que emergem sobre o tema e suas questões transversais, sobretudo aquelas mais relacionadas à realidade cotidiana de sala de aula: só estudamos/pesquisamos porque temos “dúvidas”, é esse questionamento que dá sentido ao devir acadêmico e pedagógico.
- b. **movimento do “entranhamento”**: acionado pelo gesto de mergulho, imersão e aprofundamento nas referências, exemplos e casos discutidos neste módulo. Esse processo ocorre por meio das leituras críticas, olhares atentos e escutas sensíveis aos conteúdos apresentados, sempre articulados a partir de eixos teóricos e metodológicos que buscam dialogar não apenas com a sala de aula, mas também com outros espaços educativos, como laboratórios, bibliotecas e pátios, entendendo a escola em sua integridade.
- c. **movimento do “desentranhamento”**: definido pela capacidade de, após a imersão, emergir com novos olhares, mais sintonizados com a realidade, de forma a (re)interpretá-la e transformá-la. Tal movimento pode se materializar em intervenções práticas, como elaboração de ações, projetos e estratégias pedagógicas, mas também em registros simbólicos, por meio do compartilhamento criativo de ideias, percepções e perspectivas acerca dos temas tratados, sejam eles possibilidades ou limites, a partir dos conhecimentos prévios e das vivências de cada indivíduo.

## ESCOLA NA MÍDIA, MÍDIA NA ESCOLA

Os veículos de comunicação exercem papel fundamental na forma como a sociedade enxerga as escolas e suas comunidades escolares. Para evitar estereótipos sobre gestores, docentes, técnicos, mães, pais, jovens, adultos e crianças, é importante que os conteúdos veiculados priorizem narrativas reais e diversificadas, evidenciando não apenas deficiências e desafios, mas também conquistas e iniciativas inovadoras desenvolvidas nas unidades escolares.

Nessa mesma perspectiva, é imprescindível que questões complexas não sejam reduzidas a explicações simplistas. Em vez de reforçar visões reducionistas, como a ideia de que a "educação está em crise", expressão que supostamente explica tudo, mas que se mostra ampla e pouco elucidativa, profissionais da mídia (jornalistas, influenciadores/as, criadores/as de conteúdo, críticos/as etc.) podem adotar abordagens que ressaltem a complexidade do ambiente escolar, ouvindo professores/as, estudantes/as, familiares e gestores/as. No mínimo, é necessário buscar múltiplas perspectivas para a construção de diagnósticos mais consistentes.

Um tratamento equilibrado de qualquer tema de interesse jornalístico, não apenas sobre a escola, mas também a envolvendo, deve prezar pela inclusão de vozes plurais, garantindo que todas as pessoas participantes do processo educativo tenham espaço para se expressar. Isso implica ir além das fontes oficiais e ouvir, por exemplo, estudantes de diferentes perfis, professores/as e comunidades escolares situadas em contextos variados (urbanos, rurais, periféricos etc.). Além disso, os veículos de comunicação podem recorrer a dados e pesquisas para contextualizar as informações (Meditsch, 2019), evitando generalizações que reforcem preconceitos.

Outro aspecto relevante refere-se ao que ganha notoriedade. Não raro, o enfoque dado às questões escolares limita-se a regulamentações, como novas regras para o uso de celulares em ambientes escolares, ou a conflitos ocorridos na escola ou que a envolvem.

Entretanto, outros temas também poderiam ser objeto de atenção, especialmente no sentido de produzir uma visão educativa e formativa acerca da escola e de seu papel social. Projetos bem-sucedidos e soluções criativas desenvolvidas no interior das instituições merecem destaque, pois oferecem um enfoque propositivo e positivo.

Nesse contexto, a divulgação de experiências significativas desenvolvidas nas escolas, seja por meio de fóruns de discussão, seja em espaços institucionais ou midiáticos, contribui para ampliar a visibilidade não apenas dos problemas, que são numerosos e precisam ser debatidos, mas também das formas pelas quais as escolas lidam com eles e constroem, cotidianamente, respostas possíveis diante das dificuldades.

Reportagens jornalísticas, por um lado, e crônicas, redações e publicações produzidas pela própria comunidade escolar, por outro, podem revelar como determinadas instituições superam desafios ou promovem inclusão, inspirando outras comunidades, fortalecendo a confiança no ensino público, incentivando a troca de ideias e ampliando possibilidades. A mídia possui o potencial de aproximar a sociedade da realidade escolar, desde que opte por uma narrativa construtiva e baseada em fatos (Karam, 2004).

Por fim, além de refletir sobre as representações da escola e de seu entorno nas mídias, torna-se igualmente importante identificar as potencialidades da produção midiática realizada por aqueles que atuam na comunidade escolar. Trata-se de configurar um ecossistema comunicativo que reflita criticamente sobre o ambiente educativo, especialmente por meio de abordagens que promovam a participação, a cultura da paz e o diálogo com os direitos humanos e as diversidades

## **1 MÍDIAS E REPRESENTAÇÕES**

### **1.1 RECONHECIMENTO E DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS NAS MÍDIAS**

Ao tratar de "representação social", o primeiro desafio consiste em delimitar como esse conceito pode ser compreendido e explicado no contexto da educação básica. Para tanto, sugerimos recorrer aos estudos da pesquisadora e psicóloga social francesa Denise Jodelet, autora de obras como *As representações sociais e Representações sociais e mundos de vida*.

Para Jodelet (2001, p. 22), a representação social "é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". Esse conhecimento é propagado, inculcado e constantemente reconfigurado pela ação da "comunicação social", que, segundo a autora, refere-se a uma rede complexa de relações comunicativas entre indivíduos, formada por interações "interindividuais, institucionais e midiáticas" (Jodelet, 2001, p. 30).

É importante destacar que a representação social não é neutra nem individual: ela é marcada por contextos culturais, históricos e sociais. A própria representação da escola e da figura do/a professor/a já assumiu configurações distintas em outros momentos históricos. Em determinados períodos, escola e professor/a eram percebidos/as como referências incontestáveis de saber e conhecimento, ocupando posição inquestionável quanto à sua importância para a sociedade.

Na contemporaneidade, entretanto, as representações de educadores/as passaram por reelaborações. Observa-se, em determinados segmentos sociais, um movimento de desconstrução e desqualificação da escola e de seus/suas profissionais. Nesse sentido, Pedrinho A. Guareschi, na obra *Representações sociais e ideologia*, afirma que a representação social "está na cabeça das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa; para ser social, ela precisa circular pela sociedade e ter um certo grau de generalização" (Guareschi, 2000, p. 36). Tal reflexão conduz à problematização sobre a possibilidade de estar em curso, tanto no plano individual quanto no coletivo, um processo de desvalorização da escola e de seus/suas profissionais.

Ainda nesse percurso conceitual, é necessário enfatizar que as representações sociais não constituem cópias fidedignas da

realidade objetiva, mas construções coletivas. Como observa Luísa Montenegro (2017, p. 66), “um dos mecanismos das representações são os estereótipos”.

Nesse contexto, torna-se pertinente analisar se, nos espaços de atuação profissional ou nas mídias, são construídos ou reproduzidos estereótipos que, no limite, podem gerar visões negativas da escola e do/a educador/a. Para Montenegro (2017, p. 66), os estereótipos “reduzem todas as características de um grupo tido como ‘desviante’ a uma descrição simplificada e generalizante, embasada em um discurso de naturalização”. Cabe, então, indagar se algo semelhante pode estar em curso na sociedade brasileira, inclusive por meio de veículos de comunicação ou perfis em mídias sociais, e se tais práticas podem ser identificadas em escala nacional, regional ou local.

De acordo com João Freire Filho (2004, p. 47), os estereótipos são concebidos “em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração”. Embora funcionem como formas de organizar sentidos no mundo social, os estereótipos, em grande medida, dificultam “qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração” (Freire Filho, 2004, p. 47).

Se faz sentido a argumentação de que há um ou mais processos que constroem, alimentam e/ou retroalimentam representações estereotipadas sobre a escola e seus/suas profissionais, e considerando que tais reduções contribuem para a manutenção de relações de poder, torna-se fundamental que a escola e seus/suas educadores/as assumam posição protagonista nesse debate.

Como sugere a sabedoria popular, “não se joga pedra em árvore que não dá fruto”. Se a escola se torna alvo de críticas e disputas simbólicas, isso também pode ser compreendido como indicativo da relevância de seu papel no ecossistema social. Nesse sentido, é fundamental que escolas, comunidades escolares e instituições responsáveis pela gestão dos sistemas educativos se posicionem de forma consciente e fundamentada, reconhecendo a capacidade de educadores/as e instituições de influenciar relações de poder por meio do exercício de sua função social.

Diante de textos, áudios ou vídeos que desqualificam escolas e profissionais da educação – práticas que, lamentavelmente, se tornaram recorrentes –, é necessário analisá-los à luz das funções próprias das instituições educativas. Entre essas funções, destaca-se a de contribuir para a formação de uma sociedade educada em direitos humanos, fundamento essencial da democracia e da consolidação do Estado de Direito. Nesse contexto, posicionar-se criticamente e participar do debate público é parte constitutiva desse papel.

## 1.2 REPRESENTAÇÕES DA ESCOLA E DA/O PROFESSOR/A NOS DISCURSOS MIDIÁTICOS

Isto posto, torna-se pertinente refletir sobre como as escolas têm sido representadas, histórica e contemporaneamente, pela mídia. Para aprofundar essa análise, é necessário considerar aspectos como as características e os objetivos de cada veículo de comunicação, o conteúdo produzido, quem são seus/suas realizadores/as, diretores/as e patrocinadores/as, bem como o contexto político e social no qual esse conteúdo midiático se insere. Os estudos apresentados a seguir indicam algumas das tendências mais recorrentes na representação do ambiente escolar pela mídia.

### a) Enfoque em problemas e crises

A representação da escola na mídia, desde os veículos tradicionais, como jornais e emissoras de rádio e TV, até as modernas plataformas de streaming, frequentemente se apoia em enquadramentos que privilegiam a crise e o sensacionalismo. Conforme aponta Geraldo Sabino Ricardo Filho (2016) em *A boa escola no discurso da mídia*, essa abordagem tende a construir narrativas fragmentadas, focadas em problemas e falhas. Esse processo é intensificado pela linguagem, que, segundo Anna Maria Carmagnani (2009, p. 500), insere o/a professor/a e a escola no debate público primordialmente "para serem excluídos", ao posicioná-los como a origem das mazelas educacionais. Tal construção discursiva estabelece um terreno fértil para a formação de uma percepção social negativa e estigmatizada do ambiente escolar.

O foco midiático recai, de maneira recorrente, sobre pautas de forte apelo negativo. A violência escolar, em suas múltiplas formas (física, psicológica, *bullying*), a precariedade da infraestrutura e os elevados índices de abandono escolar são apresentados como se representassem a totalidade da experiência nas escolas públicas. A divulgação ostensiva de baixos desempenhos em avaliações como o IDEB e o PISA reforça esse cenário. Para Ricardo Filho (2016), essa seleção criteriosa de pautas não é neutra, mas constitui uma edição da realidade que transforma desafios complexos em um espetáculo de fracasso, ignorando êxitos e apagando as nuances do cotidiano educacional.

Nesse contexto, a figura do/a profissional da educação recebe tratamento particularmente prejudicial. Conflitos trabalhistas, como greves, e questionamentos sobre a capacidade docente são enquadrados não como parte de um debate legítimo por melhores condições, mas como evidências de incompetência ou desinteresse. Carmagnani (2009, p. 501) demonstra como a mídia cria e reforça estereótipos do/a professor/a como "mal preparado", "vitimizado" ou "culpado", simplificando sua identidade e deslegitimando suas reivindicações. Ao ser transformado em "bode expiatório", o/a educador/a é responsabilizado/a individualmente por falhas que, na verdade, são de ordem sistêmica e estrutural.

A consequência direta desse bombardeio de narrativas negativas é a consolidação de uma imagem profundamente pessimista da escola pública, que passa a ser associada à ineficiência e à desordem. Esse imaginário social, alimentado por estereótipos, gera um ciclo de desconfiança e desvalorização que atinge toda a comunidade escolar.

Como observa Ricardo Filho (2016), trata-se de um discurso capaz de moldar a opinião pública. O resultado é a exclusão simbólica analisada por Carmagnani (2009): o professor tem sua voz silenciada no debate público, e a escola perde credibilidade como instituição fundamental para o desenvolvimento social.

No limite, essa construção discursiva pessimista acarreta implicações políticas e financeiras significativas. Ao enquadrar os problemas da educação como de natureza meramente gerencial,

moral ou de competência individual, a cobertura midiática tende a enfraquecer a defesa por maiores investimentos. Se a percepção pública predominante é a de que a escola é ineficiente e seus/suas profissionais são despreparados/as, a "conclusão lógica" induzida é a de que a ampliação de recursos financeiros seria um desperdício. Dessa forma, o discurso midiático contribui para restringir uma demanda urgente da escola e, paradoxalmente, reduz as possibilidades de superação dos próprios desafios que a mídia costuma destacar.

## **b) Narrativas de superação**

Em alguns contextos e formatos jornalísticos, notadamente em reportagens especiais, tanto a mídia privada quanto pública veicula, de forma recorrente, histórias pontuais de sucesso no espaço-tempo escolar, geralmente tratadas como casos de "exceção": professores/as inspiradores/as que fazem a diferença; alunos/as que superam obstáculos sociais para ingressar em instituições de prestígio; e escolas que inovam apesar da escassez de recursos.

Embora relevantes, essas narrativas tendem a reforçar a lógica do mérito individual e, conseqüentemente, desviar ou enviesar o foco de críticas estruturais mais consistentes. Ressaltar esse aspecto pode parecer contraditório à defesa, feita anteriormente, da importância de dar visibilidade a ações e experiências positivas nas escolas.

Todavia, a questão central não está no destaque dado a tais experiências, mas na forma como são narradas. A "sutileza" ou o enviesamento presente nesse tipo de narrativa conduz à conclusão de que "quem quer, faz", "quem quer, supera as dificuldades", logo, quem não faz ou não supera seria porque não quer ou não tem capacidade para fazer. Assim, constrói-se a imagem de um/a profissional considerado/a ruim, que não se empenha e apenas reclama.

Por sua vez, quando uma ação ou experiência positiva é destacada sem a narrativa enviesada, abre-se a possibilidade para conclusão de que há caminhos possíveis e alternativas a serem e que se construídas, jogando luz sobre elas para que, minimamente, possam compor diagnósticos estruturadores de políticas públicas.

## c) Escola como espaço político de disputas de narrativas<sup>2</sup>

A escola também tem sido representada pela mídia, tanto em produções jornalísticas quanto em ficcionais, como campo de disputa ideológica, sobretudo em torno de temas como: propostas como "Escola sem Partido" e outras pautas ligadas a ideologias na educação; debates sobre educação sexual, identidade de gênero e educação antirracista; e controvérsias relacionadas à censura de livros e conteúdos curriculares.

Nessas situações, podemos interpretar a atuação da mídia como potencial amplificadora de polarizações, contribuindo para a disseminação de medo ou desconfiança em relação ao papel pedagógico da escola.

### PARA CONHECER

Jornalistas de Educação (JEDUCA) é uma associação brasileira sem fins lucrativos, criada por profissionais que atuam na cobertura da área educacional. Seu principal objetivo é apoiar e qualificar o trabalho de jornalistas desse campo, oferecendo materiais de referência, como guias, reportagens e análises de bastidores, além de promover debates e eventos sobre temas relevantes para a educação no Brasil. Ao fortalecer a cobertura jornalística da educação, a JEDUCA contribui para uma sociedade mais bem informada sobre os desafios e avanços do setor. Conheça mais em: <https://jeduca.org.br/>.

### PARA REFLETIR

As produções audiovisuais configuram-se como um objeto relevante de análise para a compreensão de como a escola e a comunidade escolar são representadas. Por meio delas, torna-se possível identificar se e de que maneira estereótipos são construídos, reforçados ou tensionados nas narrativas. Alguns exemplos que podem subsidiar esse exercício analítico encontram-se indicados na seção Conexões deste material.

---

<sup>2</sup> Nos últimos anos, o termo "narrativa" tem sido empregado quase como sinônimo de "versão", referindo-se à forma específica pela qual um evento ou uma série de acontecimentos é relatado ou interpretado. Assim como diferentes versões de uma mesma história podem apresentar os mesmos fatos sob ângulos diversos, com ênfases e detalhes seletivos, a narrativa corresponde a uma apresentação particular desses fatos, moldada pela perspectiva de quem os relata e pelos objetivos que orientam esse relato. Cada narrativa, portanto, oferece uma leitura específica do ocorrido, que pode variar significativamente em tom, foco e nos elementos considerados relevantes.

### 1.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA MÍDIA

Quando se aborda a responsabilidade social da mídia, referimo-nos à importância de que os veículos de comunicação prestem contas à sociedade sobre o que produzem e divulgam. Para isso, existem diferentes estratégias que contribuem para a construção de um olhar mais crítico e consciente sobre a atuação da mídia, sem que isso seja confundido com censura. Trata-se de instrumentos de responsabilização social da mídia, também chamados de mecanismos de *accountability* midiática. Entre os exemplos mais recorrentes, destacam-se publicações especializadas, ouvidorias e observatórios de mídia.

A representação de professores/as e escolas nos veículos de comunicação assume um papel crucial na construção do imaginário social sobre a educação, influenciando diretamente a valorização desses/as profissionais e do ambiente escolar. Nesse contexto, Fernando Oliveira Paulino (2010; 2015) sustenta que a responsabilidade social da mídia não se restringe à simples divulgação de informações, mas envolve um compromisso ético com a qualidade do conteúdo produzido e com suas repercussões na sociedade.

A forma como os veículos de comunicação retrata o cotidiano, os desafios e as conquistas do universo educacional pode tanto reforçar estereótipos negativos e simplistas, quanto promover um debate público qualificado e construtivo. Uma cobertura midiática que considere sua responsabilidade social tende a superar a espetacularização e o sensacionalismo, adotando abordagens mais aprofundadas e contextualizadas, capazes de reconhecer a complexidade dos processos de ensino e aprendizagem e a relevância do trabalho docente para o desenvolvimento social.

Para que a responsabilidade social da mídia se efetive é fundamental a existência e o fortalecimento de instrumentos de *accountability*, ou prestação de contas, que possibilitem à sociedade monitorar e questionar a atuação dos meios de comunicação. Claude-Jean Bertrand (2002), pioneiro nos estudos sobre o tema, defende a implementação de um ecossistema de mecanismos de responsabilização midiática (*Media Accountability Systems*), que inclua tanto instâncias internas, como os códigos

de ética e os *ombudsmen* (ouvidorias), quanto externas, como os conselhos de imprensa e os observatórios de mídia.

Esses mecanismos funcionam como canais de diálogo entre a mídia e o público, permitindo que falhas, imprecisões e representações distorcidas — como aquelas que frequentemente atingem professores/as e escolas — sejam identificadas e corrigidas. Sua atuação contribui para o aprimoramento da qualidade do jornalismo e para a consolidação de uma cultura de transparência e de resposta às demandas da cidadania.

A eficácia dos instrumentos de *accountability* na qualificação da representação de docentes e escolas é corroborada por pesquisas internacionais, como as organizadas por Susanne Fengler e colaboradores (2021). Ao analisarem diferentes modelos de autorregulação e responsabilização da mídia em escala global, esses estudos demonstram que, em contextos nos quais esses mecanismos são atuantes e valorizados, observa-se uma maior preocupação com a precisão de informações, a justiça na abordagem dos temas e a diversidade de fontes nos conteúdos veiculados.

Publicações especializadas em educação, por exemplo, podem oferecer análises críticas e aprofundadas sobre a cobertura midiática do setor. Já os observatórios de mídia podem monitorar sistematicamente os conteúdos divulgados e produzir relatórios que sirvam de subsídio tanto para a autorreflexão dos próprios jornalistas quanto para a cobrança por parte da sociedade. As ouvidorias, por sua vez, configuram-se como canais diretos por meio dos quais professores/as, gestores/as escolares e cidadãos/ãs podem apresentar críticas e sugestões, fomentando um ciclo virtuoso de aperfeiçoamento contínuo da prática jornalística e contribuindo para uma representação mais fiel e respeitosa do universo educacional.

Os observatórios de mídia exercem papel particularmente relevante nesse processo, funcionando como verdadeiros "laboratórios de análise crítica", nos quais se investigam o funcionamento da mídia, os conteúdos veiculados e os impactos dessas mensagens na sociedade. Seu foco consiste em acompanhar, refletir e avaliar a atuação dos meios de comunicação a partir de critérios éticos, democráticos e sociais.

Essas iniciativas dialogam direta ou indiretamente com a educação midiática, seja quando suas produções são utilizadas como fontes e materiais de pesquisa em atividades de análise crítica da mídia, seja quando desenvolvem ações formativas próprias, como oficinas em espaços educativos (Barreto, 2019).

O Laboratório de Estudos e Observação em Publicidade, Comunicação e Sociedade (OPSlab)<sup>3</sup> constitui um exemplo de observatório cujas ações estão diretamente vinculadas à educação midiática. O OPSlab desenvolve iniciativas em três frentes: (1) Comunicação, representação e cidadania; (2) Infâncias, juventudes e comunicação; e (3) Literacia publicitária.

Em sua frente extensionista, realiza rodas de conversa e cine-debates, produz conteúdos a partir da análise de fenômenos comunicacionais, elabora materiais de apoio para ações de educação midiática e promove oficinas de literacia publicitária em parceria com escolas e movimentos sociais. Também divulga materiais decorrentes de suas pesquisas, como relatórios que discutem possibilidades e desafios educativos relacionados ao uso crítico e criativo do texto publicitário.

Essas práticas contribuem para uma compreensão mais informada sobre a mídia e para o desenvolvimento de uma postura ativa por parte de cidadãos/ãs e educadores/as diante do ecossistema comunicacional em que estão inseridos/as, fortalecendo o diálogo entre educação, comunicação e responsabilidade social.

## **PARA CONHECER:**

**Observatório da Educação Básica (ObsEB)** – espaço de natureza científica, acadêmica e social, voltado à construção e à partilha de saberes, experiências, projetos e pesquisas em rede. O ObsEB congrega professores da Educação Básica e Superior, estudantes de graduação e pós-graduação, entidades representativas de estudantes e professores/as, profissionais da educação das redes pública e privada de ensino, além de entidades, associações e sindicatos interessados em questões relacionadas à Educação. <https://www.obsebfeunb.com.br/>.

---

<sup>2</sup> O OPSlab é vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e à Rede de Pesquisa em Comunicação, Infâncias e Adolescências. Informações adicionais podem ser consultadas no site institucional do laboratório: <https://www.opslab.com.br>.

**Observatório de Práticas Curriculares (OPC)** – o grupo tem como finalidade problematizar as práticas curriculares na Educação Básica, especialmente aquelas relacionadas aos campos do currículo, da didática e das tecnologias. Seu objetivo geral é investigar as práticas curriculares em escolas públicas do estado de Santa Catarina, atentando-se, sobretudo, a elementos didático-pedagógicos que evidenciem possíveis inovações, alterações e/ou transformações nos processos de ensino e aprendizagem. O OPC busca, assim, fomentar a pesquisa, a reflexão e a produção de conhecimento no campo do currículo e em suas interfaces com as tecnologias. <https://opc.ufsc.br/>

**Observatório da Educação** – instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.803, de 8 de junho de 2006, o programa é resultado da parceria entre a Capes, o INEP e a SECADI. Seu objetivo é fomentar estudos e pesquisas em educação que utilizem a infraestrutura disponível nas Instituições de Educação Superior e as bases de dados existentes no INEP. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5803.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5803.htm).

**Observatório da Qualidade no Audiovisual** – espaço de debate e de produção de conteúdo de caráter experimental, a partir da curadoria, análise e crítica da produção audiovisual contemporânea. <https://observatoriodoaudiovisual.com.br/>.

**Observatório Internacional Estudantil da Informação (ObservInfo)** – visa debater e repensar conteúdos midiáticos e os contextos de desinformação. <https://observinfo.wordpress.com/>.

**Observatório da Ética Jornalística (objETHOS)** – trata-se de uma iniciativa de pesquisa, acompanhamento e monitoramento da ética praticada por jornalistas e meios de informação. Os principais temas de investigação estão relacionados com ética jornalística, crítica de mídia, identidade profissional, liberdade de imprensa, riscos ao jornalismo, novos modelos de negócio e de produção jornalística, mídia independente e novas configurações do ecossistema informativo. <https://objethos.wordpress.com/extensao-nas-escolas/>.

**Observatório Europeu de Alfabetização Midiática e Informacional** – criado como continuação do Estudo Europeu de Alfabetização Midiática (EMEDUS), esse observatório pretende se tornar referência europeia em alfabetização midiática, devido ao seu banco de dados e à rede de membros europeus que o comporão.

<https://www.gabinetecomunicacionyeducacion.com/es/proyectos/observatorio-europeo-de-alfabetizacion-mediatica-e-informacional>.

**Observatório de Mídia – Gênero, Democracia e Direitos Humanos (OBMÍDIA)** – criado em 2015, além do monitoramento da imprensa, atua promovendo oficinas de leitura crítica da mídia, seminários, colóquios, produções audiovisuais e campanhas educativas. Tem forte ligação com a literacia midiática.

<https://www.youtube.com/obmidiaufpe>.

**Observatório sobre Publicidade e Sociedade (OPSlab)** – tem como objetivo promover espaços de discussão sobre a relação entre publicidade e sociedade, refletindo sobre a atividade publicitária para além do marketing, em uma perspectiva antropológica e social.

<https://www.opslab.com.br/>.

**SOS Imprensa** – criado em 1996 como projeto de pesquisa voltado a amparar vítimas de erros e abusos da mídia, transformou-se nos anos 2000 em projeto de extensão, mantendo a proposta inicial de funcionar como uma espécie de ouvidoria. Reformulado no fim da década passada, passou a atuar como observatório da imprensa, realizando reuniões semanais para promover a leitura crítica dos meios de comunicação.

<https://sosimprensa.wordpress.com>.

**Observatório da Imprensa** – trata-se de um dos mais antigos observatórios em funcionamento no Brasil e o mais antigo com suas características, abrindo portas para outras experiências e, ainda hoje, considerado modelo para muitos dos que existem.

<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/>.

**Observatório de Mídia – Comunicãe** – criado em 2011, o projeto promove oficinas de educação para a mídia, discutindo a influência da comunicação na construção de referências e representações sociais.

<https://observatoriodamidia.ufes.br/comunicae>.

**Red Latinoamericana de Cátedras y Observatorios de Comunicación e Información, Cultura y Desarrollo Social** – rede que articula diferentes cátedras e observatórios na América Latina para a promoção da comunicação e do desenvolvimento social. <https://ciespal.org/red-latinoamericana-de-catedras-y-observatorios-de-comunicacion-e-informacion-cultura-y-desarrollo-social/>.

**Ouvidoria Cidadã** – iniciativa da sociedade civil ligada à Frente em Defesa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da comunicação pública, atua de forma independente na análise e monitoramento do conteúdo da. Após a extinção do Conselho Curador em 2016 e críticas à Ouvidoria oficial, passou a oferecer um contraponto, avaliando se a produção da TV Brasil, rádios e agências de notícias da EBC está alinhada aos princípios da comunicação pública, por meio da escuta e registro das percepções da sociedade. Acesse: <https://ouvidoriacidadaebc.org/>.

## 1.4 DIÁLOGOS COM A MÍDIA

Para lidar com esse contexto, é essencial a existência de canais de diálogo entre as escolas e os veículos de comunicação, contribuindo para que a cobertura midiática vá além de pautas pontuais ou emergenciais. A criação de espaços para debates, entrevistas coletivas e até mesmo coberturas colaborativas pode favorecer a construção de uma relação de confiança entre a imprensa e a comunidade escolar. Dessa forma, o jornalismo cumpre seu papel social, conforme aponta Nelson Traquina (2005), contribuindo para uma educação mais valorizada e democrática.

Ao mesmo tempo, no interior das escolas e entre seus/suas profissionais, pode ser cultivado o hábito de falar sobre si, compartilhar experiências e tornar visíveis práticas e desafios cotidianos. Assim, alimenta-se um ecossistema comunicacional que, tendo a escola como centro, passa a olhar para suas questões com o propósito de compreender sua complexidade e suas interseccionalidades, propondo ações que auxiliem no enfrentamento de seus desafios.

Embora tal iniciativa não resolva todos os problemas – e aqui não se pretende reduzir questões estruturais à dimensão narrativa –, é inegável que a forma de expressão no ecossistema midiático influencia as percepções sobre a escola, especialmente por parte daqueles que estão fora dela. Nesse sentido, diretores/as, professores/as e funcionários/as podem se beneficiar de técnicas de *media training*, voltadas à preparação para a comunicação estratégica com veículos de mídia.

O *media training* pode ser compreendido como um conjunto de técnicas que prepara pessoas e instituições para se comunicarem de maneira mais eficaz com os meios de comunicação e com o público em geral. Trata-se de práticas que visam transmitir mensagens de forma clara e precisa, evitando mal-entendidos e lidando adequadamente com perguntas difíceis em entrevistas ou situações de crise. O objetivo é assegurar que as informações sejam apresentadas de modo estratégico, fortalecendo a credibilidade e a imagem de instituições, como as escolas, ou de indivíduos (Torquato, 2014).

Além da segurança no conteúdo comunicado, é fundamental considerar o meio utilizado para a comunicação. Notas oficiais, publicações em redes sociais, entrevistas para mídia impressa ou audiovisual e outras formas de posicionamento envolvem elementos distintos que influenciam o alcance e a recepção da mensagem. A capacitação por meio do *media training*<sup>4</sup>, ainda que não resolva todos os desafios comunicacionais, pode constituir um passo relevante na construção de práticas que expressem, de forma clara e estratégica, as perspectivas e posições das escolas e de seus/suas profissionais.

As atividades de *media training* incluem desde o desenvolvimento de mensagens-chave até simulações de entrevistas, auxiliando participantes a controlar o nervosismo e a se expressar com confiança. Tais técnicas mostram-se especialmente úteis para gestores/as escolares, professores/as

---

<sup>4</sup> É possível encontrar dicas e técnicas de *media training* em cartilhas e manuais, como o Manual de Media Training do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e o Manual de Media Training do Curso de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UFRN), que podem ser acessados respectivamente em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoas-ameaçadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-aos-defensores-de-direitos-humanos-comunicadores-e-ambientalistas-ppddh/CARTILHAMEDIA TRAININGR4FINAL1.pdf> e [https://portal.uern.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual-de-Media-Training\\_E-book.pdf](https://portal.uern.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual-de-Media-Training_E-book.pdf).

e demais profissionais que atuam como porta-vozes, pois precisam representar suas instituições na mídia de forma profissional e transparente (Kunsch, 2003). Essa prática contribui para evitar mal-entendidos e reduzir estereótipos na cobertura jornalística. Em vez de apenas reagir a crises, as escolas podem adotar postura proativa, oferecendo informações contextualizadas e destacando iniciativas positivas, como projetos pedagógicos inovadores ou ações de inclusão (Fonseca, 2020).

À primeira vista, incorporar estratégias de comunicação ao cotidiano escolar pode parecer a atribuição de mais uma responsabilidade à instituição. Reconhecemos essa percepção, porém uma comunicação mais organizada e estratégica pode contribuir para a redução de ruídos e distorções. Nesse sentido, defendemos que uma postura comunicacional assertiva e propositiva inclua a formação de porta-vozes na equipe escolar, capazes de transmitir informações com clareza, firmeza e empatia, fortalecendo a imagem institucional e ampliando o diálogo com a sociedade.

As técnicas de *media training* podem ensinar, por exemplo, como lidar com perguntas difíceis, evitar jargões técnicos e conectar as respostas aos interesses da comunidade escolar e da sociedade em geral. Além disso, as escolas podem elaborar materiais de apoio, como releases ou notas informativas, que facilitem o trabalho dos jornalistas e contribuam para que as pautas sejam abordadas com maior precisão (Bueno, 2018).

Na perspectiva de promover uma "agenda positiva", a aproximação entre escolas e veículos de comunicação deve estar baseada em diálogo contínuo, e não apenas em momentos de crise. Oficinas conjuntas entre educadores/as, radialistas, jornalistas e produtores/as de conteúdo digital podem contribuir para a construção de relações de confiança, favorecendo uma cobertura mais equilibrada e menos sensacionalista. Ao investir em formações voltadas à comunicação, as escolas fortalecem seu direito à voz e colaboram para a construção de uma imagem pública mais fiel à realidade educacional.

Outro fator relevante consiste na criação de um "portal de informações" da escola, reunindo dados sobre sua história, seu contexto e informações atualizadas acerca de estudantes e

egressos/as. Essa iniciativa pode constituir uma fonte confiável de dados quantitativos e qualitativos, ao mesmo tempo em que contribui para a construção de uma visão mais humanizada da instituição que, como bem expressa o poema mencionado anteriormente, é feita por pessoas.

A criação de um *site*, *blog* ou canais em mídias sociais voltados à divulgação de experiências e trajetórias da comunidade escolar pode ampliar essa estratégia. Em cada instituição, há histórias significativas que merecem ser registradas. A disponibilização de informações e dados contribui para a formação de percepções mais justas e diversificadas sobre a escola e seus sujeitos. Além disso, tais iniciativas podem fortalecer vínculos entre estudantes e professores/as, promovendo atividades coletivas de caráter transversal.

Essa proposta pode se desdobrar em uma atividade consistente de educação midiática, na qual os/as estudantes assumem o papel de produtores/as de conteúdo para o *blog* ou *site* institucional. A iniciativa pode incluir a criação de uma redação ou agência de notícias escolar, contemplando etapas como definição de pautas, elaboração de um código de ética para o jornalismo estudantil, debates sobre entrevistas, edição de textos e produção de fotografias, entre outras práticas formativas.

No Brasil, temos exemplos muito interessantes de ações dessa natureza, como o Imprensa Jovem, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo; a Agência de Notícias dos Alunos da Rede (ANDAR), da MultiRio, no Rio de Janeiro, e o projeto Agência de Notícias na Escola, do Instituto Anísio Teixeira, na Bahia. Em comum, essas experiências nos mostram uma possibilidade de, partindo de outro lugar, ou, de dentro do lugar, produzir sobre ele uma percepção a partir do ponto de vista de quem vive e dá vida à escola.

## **2 AMBIENTE MIDIÁTICO E DIGITAL, VIOLÊNCIA NAS, ÀS E CONTRA AS ESCOLAS**

No primeiro semestre de 2023, o Brasil vivenciou uma onda de ataques de violência nas e contra as escolas, que ganharam destaque nas manchetes dos veículos de comunicação. A

repercussão esteve relacionada não apenas às representações que circularam nesses meios, mas também à relação entre as vivências no ambiente midiático-digital e a dinâmica desses ataques.

O relatório *Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental*, lançado pelo Ministério da Educação (MEC) no contexto dos episódios de 2023, destaca a necessidade de diferenciar situações de violência nas escolas – como bullying e brigas entre estudantes, e violências contra as escolas, como danos patrimoniais – do fenômeno classificado como violência extrema contra as escolas. Trata-se de uma subcategoria caracterizada por ações intencionais que atentam contra a vida e a integridade física da comunidade escolar, relacionadas à ruptura de vínculos fundamentados na cultura dos direitos humanos (Brasil, 2023).

A violência no ambiente escolar relaciona-se a comportamentos humanos e demanda um olhar atento sobre os fatores externos que estimulam tais ações: "ou seja, o(s) comportamento(s) se instala(m) como produto(s) de interações com os ambientes aos quais os sujeitos estão submetidos" (Brasil, 2023, p. 29). Entre esses ambientes, não se pode desconsiderar a dimensão do ecossistema midiático-digital. Nesse contexto, a educação midiática figura nas recomendações tanto para a compreensão do fenômeno na contemporaneidade quanto para sua prevenção e para a promoção de uma cultura de paz.

Na análise aprofundada das situações de violência extrema contra as escolas ocorridas entre 2002 e 2023 (Brasil, 2023), foram identificados 36 casos, dos quais 16 apenas entre janeiro e outubro de 2023. O estudo aponta elementos recorrentes entre os perpetradores, como:

- a incorporação de "perspectivas e valores de opressão, abarcando manifestações de racismo, misoginia e tendências autoritárias, frequentemente associadas a ideologias de cunho fascista e nazista; inclusive, muitas vezes consomem e promovem conteúdos e símbolos neonazistas";
- a expressão de desdém e ressentimento direcionados à comunidade e à instituição escolar, bem como à sociedade em geral;

- a busca por notoriedade por meio da realização de atos violentos, geralmente motivados por vingança e com o objetivo de causar elevado número de vítimas, visando obter publicidade e reconhecimento em círculos e comunidades que propagam e incitam o ódio.

Ademais, o relatório registra que tais agressores frequentemente manifestam “um desejo desproporcional de obtenção e reconhecimento de poder” e participam “de uma subcultura extremista, consumindo e produzindo conteúdo de natureza odiosa e violenta” (Brasil, 2023).

Nesse sentido, consolidamos o entendimento de que os comportamentos descritos se articulam ao crescimento do extremismo no Brasil, amplamente disseminado no ambiente digital:

[...] o processo de cooptação para o discurso e/ou a participação em comunidades de ódio ocorre principalmente em interações virtuais, quando os adolescentes e jovens são expostos com frequência a conteúdos extremistas em aplicativos de mensagens, chats de jogos, fóruns de Internet e redes sociais (Brasil, 2023, p. 50).

Entre as recomendações para o enfrentamento e a prevenção da violência nas escolas estão as ações de educação midiática e de educação em direitos humanos, apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1 – Iniciativas de educação para a comunicação digital e da educação, práticas pedagógicas e educação para os direitos humanos**

**Recomendações de ações de educação digital e midiática**

Fortalecer a Educação Digital Escolar, nos termos do Art. 3º da Política Nacional de Educação Digital<sup>5</sup>, com foco em letramento midiático e cidadania na era digital, como estratégias de enfrentamento às violências.

**Recomendações de ações de educação em direitos humanos**

Fortalecer a prática e a autonomia docente e de liberdade de cátedra, em respeito ao Art. 206 da Constituição Federal.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/114533.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114533.htm).

## Recomendações de ações de educação digital e midiática

Estabelecer ações para orientar a comunidade escolar contra a desinformação e a violência de boatos, principalmente na Internet.

Desenvolver a educação midiática e informacional, de forma a assegurar os conhecimentos e a fortalecer as habilidades necessárias para que crianças, adolescentes e jovens enfrentem a cultura da desinformação e possam reconhecer e combater as violações de direitos e injustiças sistêmicas presentes nas mensagens de mídia e no próprio funcionamento dos ambientes digitais.

Estabelecer políticas de moderação das redes e mídias sociais com relação a conteúdos que violam direitos humanos, integrando esforços multissetoriais que envolvam também as empresas proprietárias desses ambientes de interação.

Capacitar e empoderar famílias e educadores/as para mediação do uso seguro, ético e cidadão da internet.

## Recomendações de ações de educação em direitos humanos

Fortalecer o ensino das Ciências Humanas (história, sociologia, filosofia e geografia), que são, por excelência, disciplinas de promoção do senso crítico. Ter foco nos diferentes sujeitos/espços/conceitos que constroem à vida por meio de uma abordagem de promoção das diversidades.

Promover políticas educacionais construídas de forma democrática.

Estabelecer políticas de monitoramento de violações nas redes e mídias sociais, com relação a conteúdos de ódio e outros que se contraponham aos direitos humanos.

Ampliar a oferta de atividades extracurriculares como esportes, artes, música e projetos sociais, com o objetivo de ampliar as oportunidades para que os/as alunos/as se envolvam positivamente, desenvolvam habilidades específicas e fortaleçam o senso de pertencimento à escola.

## Recomendações de ações de educação digital e midiática

Incluir, nas ofertas formativas sobre segurança no ambiente escolar, formação sobre o uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico, nos termos do Art. 26 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

Fomentar iniciativas de formação docente para integração transversal da cultura digital ao currículo escolar, nos termos da Competência Geral 5 da Base Nacional Comum Curricular, qual seja: "compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva".

Reconhecer, nas políticas públicas, a comunicação como um direito humano fundamental, na linha do Art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

## Recomendações de ações de educação em direitos humanos

Desenvolver metodologias e boas práticas que superem o punitivismo na escola e foquem na conscientização e mudanças de comportamento dos/as autores/as das violências sobre os efeitos da disseminação do ódio e intolerância na sociedade.

Implementar a Justiça Restaurativa na ambiência escolar, com base nas três dimensões da convivência (relacional, institucional e social), objetivando o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento do senso de pertencimento e de autorresponsabilização de todos os/as integrantes da comunidade escolar, para a construção de ambientes de aprendizado justos e equânimes, envoltos em relações saudáveis.

Promover a capacitação de profissionais da Educação, alunos/as, bem como de integrantes do Sistema de Garantia de Direitos e de demais membros da comunidade do entorno escolar como facilitadores/as de métodos de transformação de conflitos, autocompositivos e dialógicos da Justiça Restaurativa.

## Recomendações de ações de educação digital e midiática

Prever, na construção das políticas públicas de educação, a necessária formação de gestores/as e professores/as, para que exerçam a função de mediadores/as de processos educacionais nos espaços escolares.

Romper com a cultura do cancelamento, por meio inclusive de formações dialógicas para o respeito mútuo e a democracia.

Garantir a promoção (em forma de lei e de recursos) de formação continuada de profissionais da educação, para prevenir e mitigar as violências.

Garantir que essa formação inclua o combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*, alertando e orientando estudantes e comunidade escolar sobre os perigos e consequências dessa prática, promovendo a cultura da paz e do respeito "no" e "fora do" ambiente escolar, nos termos do Programa de Combate à Intimidação Sistemática – *Bullying* (Lei nº 13.185/2015).

A partir do item anterior, estabelecer uma educação crítica das mídias a estudantes e comunidade escolar, no combate à desinformação, promovendo uma educação crítica e positiva em relação ao acesso da informação e aos discursos de ódio e ao crescimento de discursos misóginos, racistas, homofóbicos entre outros.

Preparar materiais didáticos e formação de professores/as sobre as redes e mídias sociais, no sentido de reconhecer a desinformação, os negacionismos e preconceitos de gênero, raça, sexualidades, deficiências e outros temas relacionados.

## Recomendações de ações de educação em direitos humanos

Fortalecer a educação integral como forma de ampliar laços entre escola, família e comunidade, envolvendo pais, mães e responsáveis, bem como a comunidade local, no processo educativo. Quando a escola trabalha em conjunto com a família e outros atores sociais, cria-se um ambiente de apoio e cooperação, reduzindo as possibilidades de comportamentos violentos.

O reconhecimento e a implementação de ações de educação midiática e em direitos humanos voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência nas escolas constituem estratégias relevantes no cenário contemporâneo.

A seguir, apresentamos experiências e orientações que podem inspirar práticas e reflexões sobre como a educação midiática pode fortalecer as dinâmicas comunicativas nos espaços escolares, contribuindo para a construção de uma cultura de paz e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade.

Diante dos desafios crescentes relacionados à violência on-line e aos impactos que ela pode gerar no ambiente escolar, o Governo Federal elaborou a cartilha *Escola Segura: como conversar com crianças e adolescentes sobre violência on-line*<sup>6</sup>. A cartilha é direcionada a famílias, educadores/as e gestores/as escolares, reunindo orientações práticas para a construção de ambientes de escuta, acolhimento e cuidado nas escolas.

Entre os principais pontos voltados especificamente a professores/as e equipes gestoras, destacam-se ações preventivas centradas na promoção de uma cultura de paz, respeito e segurança no ecossistema escola:

#### **a) Criação de um ambiente escolar acolhedor e de confiança**

- Estimular o diálogo aberto com os estudantes;
- Estar atento a mudanças de comportamento que podem indicar sofrimento;
- Valorizar a escuta sem julgamento, acolhendo dúvidas, medos e inseguranças trazidas pelas crianças e pelos/as adolescentes.

#### **b) Fortalecimento da convivência escolar**

- Trabalhar o respeito às diferenças e aos direitos humanos no cotidiano escolar;
- Promover projetos que incentivem empatia, cooperação e mediação de conflitos;

---

<sup>6</sup> O material foi desenvolvido em parceria com os Ministério da Educação; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Saúde; Ministério das Comunicações; e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), com apoio do UNICEF e da SaferNet Brasil e está disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha\\_escola\\_segura.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha_escola_segura.pdf).

- Estimular a participação dos/as estudantes em ações que envolvam a comunidade escolar, como conselhos de classe ou grêmios estudantis.

### **c) Enfrentamento à desinformação**

- Ajudar os/as estudantes a reconhecerem conteúdos enganosos ou alarmistas que circulem nas redes;
- Evitar a reprodução de boatos e incentivar a checagem de informações, especialmente em casos de supostas ameaças ou violências.

### **d) Comunicação com as famílias**

- Manter um canal de diálogo contínuo com pais, mães e responsáveis;
- Informar com clareza sobre protocolos da escola em caso de situações de risco ou rumores.

## **2.1 VIOLÊNCIA E JOGOS ON-LINE**

Nos últimos anos, a violência nas escolas brasileiras tem gerado debates intensos acerca de suas causas e possíveis caminhos de enfrentamento. Entre os fatores frequentemente mencionados está o impacto dos jogos on-line, que passaram a integrar o cotidiano de muitos/as jovens. A relação entre esse tipo de jogo e os comportamentos violentos, contudo, é complexa e não pode ser reduzida a uma conexão linear de causa e efeito.

Casos trágicos amplamente divulgados pela mídia, como o ocorrido em 2019, em Suzano, no estado de São Paulo, reacenderam discussões sobre a possível influência de ambientes virtuais marcados por dinâmicas competitivas e violentas. Na ocasião, dois adolescentes realizaram um ataque em uma escola, resultando em múltiplas vítimas fatais. Durante as investigações, foi mencionado o envolvimento dos agressores com jogos de tiro em primeira pessoa, como *Counter-Strike* e *Call of Duty*, títulos nos quais confrontos armados compõem a mecânica central.

Também foram noticiados, em outros contextos, casos de adolescentes investigados por planejamento de ataques a escolas, com indícios de interação em fóruns na *deep web* e de

imersão em subculturas digitais que combinam discursos de ódio, extremismo e exaltação da violência. Tais episódios levantam questionamentos sobre como determinados ambientes digitais, que incluem jogos, redes sociais e fóruns on-line, podem, em circunstâncias específicas, integrar processos mais amplos de radicalização.

É necessário, entretanto, cautela analítica. Jogos on-line amplamente acessíveis oferecem ambientes virtuais nos quais a violência é simulada e inserida em narrativas ficcionais. A hipótese de que a exposição constante à agressão virtual possa produzir dessensibilização é objeto de debate acadêmico, mas não constitui consenso científico. Além disso, o impacto desses jogos não se limita à aprendizagem de comportamentos agressivos; envolve também fatores como identificação, pertencimento, competitividade e vínculos sociais estabelecidos nas comunidades de jogadores/as.

Importa destacar que a grande maioria dos/das jovens que utilizam esses jogos não se envolve em atos de violência. A relação entre jogos on-line e comportamento agressivo é mediada por múltiplos fatores, como contexto familiar, condições socioemocionais, experiências de exclusão, saúde mental e dinâmicas sociais mais amplas.

Outro ponto crucial refere-se ao papel das escolas e das políticas públicas de prevenção. A violência escolar não constitui fenômeno isolado nem exclusivamente associado a fatores digitais; ela reflete problemas estruturais de uma sociedade marcada por desigualdades, fragilidades nos sistemas de apoio psicológico, experiências de *bullying* e ausência de redes consistentes de cuidado e pertencimento.

Assim, embora a popularidade de jogos on-line com conteúdos violentos mereça atenção e reflexão, a abordagem da violência escolar precisa ser abrangente e multidimensional, evitando explicações simplistas para situações complexas. Essa discussão deve considerar, entre outros elementos, a formação familiar, o papel da escola, a presença de programas de apoio socioemocional e as formas de convivência social dos/das jovens.

Nesse contexto, perspectivas como a cultura de paz e a comunicação não violenta apresentam-se como possíveis pontos de partida para intervenções educativas. Jogos on-line podem, em determinados casos, integrar cenários de risco, mas não constituem causa única nem suficiente para explicar episódios de violência extrema.

Em síntese, ao analisar a relação entre jogos on-line e violência nas escolas, torna-se indispensável reconhecer a inexistência de explicações únicas ou lineares. Casos como os mencionados exigem análise aprofundada dos fatores sociais, psicológicos e culturais que atravessam a vida de crianças e adolescentes. A responsabilidade, portanto, não recai exclusivamente sobre os jogos, mas envolve a forma como sociedade, famílias e instituições educacionais lidam com a educação emocional, a mediação de conflitos e a prevenção de comportamentos agressivos.

#### PARA REFLETIR

A relação entre *chats* de jogos on-line e violência nas escolas é complexa e multifacetada. Há evidências de que determinados ambientes virtuais podem se tornar espaços de disseminação de ideologias extremistas e, em casos específicos, de planejamento de ataques. A combinação entre anonimato, baixa regulação e dinâmicas algorítmicas facilita a organização de grupos que promovem discursos de ódio e incitam práticas violentas, como apontam pesquisas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e relatórios do Observatório da Educação do Instituto Itau<sup>7</sup>.

Outro aspecto relevante da violência contra a escola refere-se àquela direcionada a seus/suas profissionais. Embora não seja um fenômeno exclusivo da última década, observa-se uma intensificação de registros de agressões contra trabalhadores/as da educação. Esse cenário gera insegurança e aflição, impondo a esses/as profissionais, além de suas responsabilidades pedagógicas, a necessidade constante de lidar com estratégias de proteção e gerenciamento de riscos.

<sup>7</sup> Para saber mais sobre o Observatório da Educação, acesse: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/violencia-nas-escolas#:~:text=Para%20aprender%20om%C3%A9Todos%20para%20os,armas%20em%20circula%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil>.

Retomamos, aqui, uma ideia que atravessa este material: situações complexas não comportam respostas simples. Quando surgem soluções rápidas, elas tendem a ser paliativas. Um conflito que evolui para agressão física, por exemplo, não se resolve, de maneira definitiva, apenas com a transferência de um dos sujeitos envolvidos para outra escola. Ainda que, em determinados contextos, essa medida possa se mostrar necessária como resposta imediata, compreendê-la como solução estrutural revela-se ilusório.

Problemas complexos exigem a compreensão de suas origens e a atuação sobre suas causas. Intervenções focadas apenas nos efeitos produzem, por definição, efeitos paliativos. O enfrentamento consistente de agressões à escola, enquanto instituição, e a seus/suas profissionais demanda ações estruturadas e articuladas em múltiplas frentes.

Nesse sentido, discursos públicos que desqualificam a educação, seus/suas profissionais e suas lutas, como movimentos grevistas, por exemplo, podem contribuir para a consolidação de percepções negativas na sociedade. De modo semelhante, a deterioração das condições materiais das escolas e a precarização do trabalho docente reforçam visões desqualificantes sobre a instituição escolar e sobre aqueles/as que nela atuam. Tais elementos não são periféricos: integram o contexto mais amplo no qual se produzem tensões, conflitos e violências.

O enfrentamento dessas questões, portanto, exige abordagem sistêmica, que considere dimensões culturais, políticas, comunicacionais e institucionais, reafirmando a centralidade da escola como espaço de direitos, diálogo e construção democrática.

Ao realizar uma busca em mecanismos de pesquisa, é possível encontrar, de forma dispersa no território brasileiro e ao longo do tempo, inúmeras notícias e registros de agressões contra a escola e contra profissionais da educação, oriundas de diferentes contextos e motivações. No entanto, colocamos uma questão central: dispomos de dados sistematizados e completos sobre esse fenômeno? A percepção de um aparente aumento da violência contra a escola e seus/suas profissionais corresponde, de fato, à realidade, inclusive no âmbito das comunidades escolares específicas?

O levantamento realizado pelo Ministério da Educação (MEC, 2023), já mencionado anteriormente, apresenta dados que indicam elevação nos casos de violência nos últimos anos, reforçando a urgência de compreender o fenômeno para conter sua escalada. Esse enfrentamento demanda a continuidade do monitoramento, com produção de dados consistentes capazes de orientar reflexões e políticas públicas; a ampliação da coleta de informações, situando-as nas diversas realidades do território brasileiro; e, sobretudo, a construção de caminhos que favoreçam a comunicação não violenta e a promoção de uma cultura de paz.

Nesse contexto, respeitando o que preveem as legislações vigentes e o princípio inegociável dos direitos humanos, um passo estratégico consiste no registro sistemático, pelas próprias escolas, dos tipos de violência ocorridos, suas origens, relações e possíveis motivações. Ao longo de determinado período, tais registros podem permitir a compreensão das causas em cada contexto específico e possibilitar a comparação entre dados locais e informações de âmbito nacional.

Em situações como as anteriormente mencionadas, o foco central não deve recair apenas na identificação de agressor/a e agredido/a, mas na análise das motivações que desencadearam a agressão. O registro estruturado desses episódios permite verificar se se trata de casos isolados ou recorrentes; identificar possíveis tendências de aumento ou diminuição; mapear os tipos de violência mais frequentes; avaliar mudanças de intensidade; e compreender os fatores envolvidos. A partir desse conjunto de informações, torna-se viável elaborar estratégias preventivas alinhadas às causas identificadas. Em última instância, trata-se de deslocar a atenção do efeito para a origem.

Tal postura contribui para que a escola atue preventivamente, por meio de ações direcionadas e fundamentadas em evidências. Essas iniciativas podem ser desenvolvidas com recursos próprios da instituição ou, quando necessário, indicar a demanda por apoio externo. Em qualquer cenário, há potencial para minimizar situações em que a escola e seus/suas educadores/as sejam surpreendidos por atos de violência. Quando tais episódios ocorrerem, o acúmulo de informações e análises prévias pode favorecer respostas mais adequadas e contextualizadas.

Para concluir provisoriamente este aspecto, destacamos uma iniciativa relevante da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o Ministério da Educação: o Observatório Nacional de Violência contra Educadoras/es (ONVE)<sup>8</sup>.

Conforme a equipe responsável pelo Observatório Nacional de Violência contra Educadoras/es (ONVE), a iniciativa propõe-se a "realizar uma investigação nacional que inclui a aplicação de questionários, análises de dados e acolhimento de educadores/as". O objetivo é contribuir para o mapeamento da situação enfrentada por esses/as profissionais e para a compreensão do cenário contemporâneo de violências contra as escolas, de manifestações de ódio direcionadas a educadores/as e de tentativas de censura no campo educacional. Entre os principais propósitos do projeto está a produção de dados capazes de dimensionar a intensidade do fenômeno, considerando o número de casos individuais, e sua distribuição pelo território nacional, identificando a localização dessas ocorrências (ONVE, 2025).

Como já indicado, iniciativas de diagnóstico como essa representam apenas uma etapa no enfrentamento de uma questão que se torna cada vez mais urgente. Ainda assim, se toda caminhada começa com um primeiro passo, trata-se de um movimento significativo na direção de respostas que reconheçam e dialoguem com a complexidade que envolve o problema.

### 3 O ECOSISTEMA COMUNICATIVO NAS ESCOLAS

Todos esses aspectos conduzem à compreensão de que uma medida igualmente relevante consiste no desenvolvimento, pela própria escola, de canais institucionais de comunicação. Gestores/as, professores/as e técnicos/as podem fortalecer a relação com famílias e com a comunidade por meio de ferramentas simples e acessíveis, inclusive com alternativas que preservem o anonimato quando necessário.

---

<sup>8</sup> Para saber mais sobre o Observatório Nacional de Violência contra Educadoras/es (ONVE, acesse: <https://onveuff.com/quem-somos/>.

Iniciativas que deem visibilidade ao cotidiano escolar, como a criação de jornais, *blogs* e canais nas mídias sociais, permitem compartilhar notícias sobre projetos pedagógicos, eventos e conquistas dos/as estudantes e demais membros da comunidade escolar, apresentando a instituição de maneira positiva e transparente. Esses materiais, impressos ou digitais, podem ser distribuídos periodicamente e elaborados com a participação dos/as estudantes, tornando a comunicação mais atrativa e democrática. Além disso, ao consolidar a percepção da rotina escolar, torna-se mais fácil identificar perturbações em sua origem, o que possibilita a antecipação de problemas.

Murais informativos em locais visíveis da escola, com atualizações frequentes sobre calendários, avisos e destaques de atividades, também contribuem para um fluxo comunicacional mais fluido. Quando articulados a grupos de *WhatsApp* organizados por turmas ou segmentos, esses recursos favorecem a circulação ágil de informações, fortalecendo o engajamento das famílias. Recomendamos que os conteúdos sejam claros, objetivos e orientados à valorização das boas práticas da escola, evitando concentrar-se exclusivamente em problemas (Kenski, 2013).

A escola pode, ainda, investir em mídias sociais e boletins digitais para ampliar seu alcance, adotando linguagem acolhedora e inclusiva. Vídeos curtos produzidos por integrantes da comunidade escolar, publicações sobre projetos especiais e enquetes interativas contribuem para a construção de uma imagem mais dinâmica e próxima da realidade escolar. Quando a comunicação se estabelece de forma constante e transparente (Moran, 2015), famílias e comunidade tendem a reconhecer a escola como um espaço de colaboração, diálogo e confiança.

**Para se inspirar:**

### **Fortalecendo o sentimento de pertença por meio do jornal escolar<sup>9</sup>**

Na Escola Estadual Olavo Bilac, uma das instituições de ensino mais antigas da cidade de Maringá, Paraná, o jornal escolar já existia como veículo de comunicação criado pelos/as estudantes. Com o tempo, porém, a produção de conteúdo se

<sup>9</sup> Experiência relatada em Deliberador e Lopes (2014).

tornou um desafio. Foi nesse contexto que nasceu a parceria entre a escola e a Faculdade Maringá, envolvendo estudantes da disciplina de mídia-educação na realização de oficinas com os/as alunos/as.

Mais do que ensinar técnicas jornalísticas, as oficinas tiveram como ponto de partida a escuta do cotidiano dos/as estudantes. Os temas propostos abordaram desde identidade, leitura crítica da mídia e cidadania até etapas práticas da produção do jornal: elaboração de pauta, diagramação, revisão e estratégias de distribuição.

O contexto da escola exigia ações significativas. As salas tinham portas de ferro substituindo as antigas de madeira, carteiras riscadas e janelas quebradas. A proposta do jornal foi pensada não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas como uma estratégia de valorização do espaço escolar e de construção de vínculos. A ideia era clara: a escola também é um patrimônio da comunidade escolar e merece cuidado.

Ao longo das dez oficinas realizadas, algo importante aconteceu: os/as estudantes se reconheceram como autores/as de sua própria narrativa. Eles/as não só participaram da produção do jornal, como organizaram, por iniciativa própria, o "Dia da Conscientização", com atividades voltadas à preservação do ambiente escolar. Um dos alunos, ao refletir sobre sua mudança de atitude, disse: "Gostei da iniciativa, pois antes eu riscava as carteiras, e agora não vou riscar mais".

A mudança foi além da escola. O jornal passou a incluir temas ligados à realidade local, promovendo um diálogo entre comunidade escolar e o bairro. As matérias jornalísticas, antes centradas em entretenimento, passaram a refletir o dia a dia dos/as estudantes, seus desafios e desejos. O projeto fortaleceu o ecossistema comunicativo da escola, criando canais de expressão, escuta e colaboração entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar.

Essa experiência mostra que, quando a comunidade escolar participa e se envolve em ações de educação midiática que promovem a criatividade, a participação e a criticidade, a comunicação deixa de ser apenas instrumento e passa a ser também processo de transformação, pertencimento e construção coletiva de sentidos.

**Para se inspirar:**

### **Plataforma ANDAR**

O projeto Alfabetização Midiática para Jovens da Rede Pública (ANDAR) é uma iniciativa da MultiRio<sup>10</sup> voltada à formação crítica e criativa de estudantes das escolas públicas do município do Rio de Janeiro. O principal objetivo do projeto é desenvolver o letramento midiático e informacional de adolescentes, ampliando sua capacidade de compreender, analisar e produzir conteúdo no ecossistema digital em que estão inseridos.

A proposta busca aproximar os/as jovens do universo da mídia, incentivando a reflexão sobre os meios de comunicação, suas linguagens, formatos e impactos sociais. Para tanto, o projeto oferece oficinas, trilhas de aprendizagem e experiências práticas, com foco na autoria, no protagonismo juvenil e no fortalecimento da cidadania digital.

O ANDAR também atua na formação de professores/as e gestores/as escolares, promovendo ações que valorizam a educação midiática como parte do currículo escolar e como ferramenta de fortalecimento do pensamento crítico, da liberdade de expressão e da convivência democrática.

Com uma abordagem alinhada às diretrizes da Unesco para a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), o ANDAR reconhece o papel ativo dos/as jovens na construção de sentidos, propondo uma educação para as mídias, que é também educação pela e com as mídias.

---

<sup>10</sup> Conheça mais sobre a Empresa Municipal de Múltiplos Meios (MultiRio) em: <https://multi.rio/index.php/quem-somos>.

### PARA REFLETIR

- De que forma a criação de canais institucionais de comunicação e o compartilhamento de conteúdos podem contribuir para o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre os/as estudantes e para a valorização do espaço escolar?
- Quais estratégias, entre as experiências relatadas, poderiam ser adaptadas à realidade de cada escola, considerando o contexto sociocultural de seus/suas estudantes?
- Como iniciativas de comunicação escolar podem atuar no combate à desinformação e no estímulo à participação cidadã dos/as estudantes?

## 4 EDUCAÇÃO MIDIÁTICA E COMUNICAÇÃO ESCOLAR PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DAS DIVERSIDADES

A escola é, por natureza, um espaço de diversidade, no qual convivem – ou deveriam conviver, em harmonia – estudantes, educadores/as, gestores/as e famílias que trazem distintas origens culturais, crenças, modos de pensar e formas de viver. Essa diversidade constitui valor essencial do processo educativo, pois amplia perspectivas, estimula o respeito e fortalece o aprendizado coletivo. Ao mesmo tempo, aquilo que enriquece o convívio pode, na ausência de cuidado e mediação adequados, gerar tensões que se transformam em preconceito, exclusão ou conflito.

A Comunicação Não Violenta (CNV), sistematizada pelo psicólogo estadunidense Marshall Bertram Rosenberg (2006), apresenta-se como ferramenta potente para transformar tais situações. Ao propor um modelo de comunicação baseado na empatia, no respeito e no diálogo, a CNV constrói pontes entre sujeitos e grupos, em consonância com a perspectiva educomunicativa discutida anteriormente.

A proposta da CNV convida a comunidade escolar a reconhecer e valorizar as diferenças, fundamentando as relações em quatro atitudes centrais:

1. Observar sem julgar as pessoas pela sua cultura, aparência, fala ou comportamento.

2. Reconhecer sentimentos, tanto os próprios quanto os do outro, em situações de conflito ou tensão.

3. Identificar as necessidades por trás das ações ou palavras, entendendo que, apesar das diferenças, todos buscam pertencimento, acolhimento e respeito.

4. Fazer pedidos claros, e não imposições, construindo acordos que considerem os direitos de todos.

A CNV permite transformar a diversidade em riqueza quando o diálogo e o respeito se consolidam como práticas cotidianas. Ao incorporá-la, a escola pode construir não apenas um ambiente mais pacífico, mas também um espaço em que cada aluno/a é reconhecido/a em sua singularidade e alteridade.

Para que isso se concretize, algumas possibilidades de ação incluem:

- Criar espaços regulares de escuta, em que os/as estudantes possam compartilhar suas vivências, origens e pontos de vista;
- Propor atividades que incentivem o reconhecimento da diversidade como valor positivo, e não como motivo de divisão;
- Utilizar situações reais de convivência escolar para exercitar o olhar empático e a comunicação não violenta;
- Reforçar, nas regras de convivência, o princípio do respeito às diferenças.

O uso das mídias, em seus diversos formatos, pode constituir estratégia significativa para promover o reconhecimento da alteridade e a prática da comunicação não violenta. Seja por meio de rádio ou podcast escolar, jornal, produções fotográficas ou audiovisuais, tais ferramentas favorecem o diálogo, a expressão e a valorização da diversidade. A incorporação dessas práticas à rotina escolar amplia as possibilidades de participação e fortalece a construção de uma cultura institucional fundamentada nos direitos humanos.

## PARA SE INSPIRAR

### **Educom.rádio: uma experiência de cultura de paz por meio da linguagem radiofônica**

O que ocorre quando um espaço que deveria ser de acolhimento se torna foco de violência? Quais fatores podem desencadear episódios de agressão no ambiente escolar? Estaria a violência relacionada à ausência de reconhecimento da alteridade? Poderia a ampliação da diversidade, quando acompanhada de práticas de diálogo e respeito, contribuir para a redução de conflitos? Essas são algumas das questões que atravessam o debate sobre convivência escolar e cultura de paz.

Em 2001, o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP), coordenado pelo professor Ismar de Oliveira Soares, foi convidado a colaborar com o Projeto Vida, iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. O projeto envolveu cerca de 12 mil professores/as, alunos/as e membros das comunidades educativas de 455 escolas do ensino fundamental da rede pública municipal, com o objetivo de fomentar a construção de uma cultura de paz no ambiente escolar.

A aposta foi na linguagem radiofônica. As comunidades escolares passaram a receber a formação "Educomunicação pelas ondas do rádio", com carga de 100 horas e duração de três anos e meio. As escolas receberam *kits* de rádio – compostos por microfone, *mixer*, transmissor de baixa potência – e criaram suas próprias rádios escolares. Mais do que ensinar a operar equipamentos, o curso tinha como propósito estimular a expressão crítica, a autoria e a cidadania. Os/as estudantes planejavam, roteirizavam, apresentavam e gravavam programas, inaugurando uma nova dinâmica de comunicação no ambiente escolar.

Cada grupo passou a desenvolver projetos educacionais solidários e integrados às práticas curriculares, oferecendo respostas construtivas aos problemas de convivência já vivenciados. Além disso, aprenderam novas linguagens da sociedade da informação, em consonância com as recomendações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino

fundamental. Assim nasceu o curso “Educomunicação pelas ondas do rádio”<sup>11</sup>.

## INVESTIGAÇÕES/CURIOSIDADES SOBRE O TEMA

Na obra *Comunicação e educação: dinâmicas midiáticas e cenários escolares*, Adilson Citelli (2021) organiza uma série de reflexões que investigam as complexas relações entre os veículos de comunicação e o ambiente educacional. O autor examina de que maneira as transformações tecnológicas vêm impactando as práticas pedagógicas e a formação de estudantes em um contexto social cada vez mais mediado por dispositivos digitais.

**Figura 1** – Capa do livro *Comunicação e educação: dinâmicas midiáticas e cenários escolares*



Fonte: SciELO Books (2021).

Descrição: A capa do livro é vermelha, com o título situado à esquerda, na parte superior, e o subtítulo à direita, na parte inferior. O título, o subtítulo, o nome do autor e o da editora estão escritos em letras brancas. No centro da página, há uma imagem em graduação de cores – amarelo, rosa e diferentes tons de azul e verde – disposta em pequenos quadriculados.

Ao longo da obra, destaca-se a necessidade de as escolas incorporarem criticamente as linguagens midiáticas, compreendendo-as não apenas como objetos de consumo

<sup>11</sup> Conheça mais sobre o projeto assistindo a este vídeo, que reúne depoimentos de participantes do Educom.rádio: <https://www.youtube.com/watch?v=FDEVvZY164U>.

passivo, mas como ferramentas potenciais de aprendizagem. Essa incorporação implica reconhecer que as mídias estruturam modos de ver, sentir e interpretar o mundo, exigindo da educação uma postura ativa diante das dinâmicas comunicacionais contemporâneas.

A obra também aborda os desafios enfrentados por educadores/as diante da cultura digital, propondo uma educação midiática voltada ao desenvolvimento de habilidades que permitam aos/às estudantes ler, interpretar e produzir conteúdos de forma crítica e consciente. Citelli enfatiza a importância de criar espaços de interlocução entre comunicação e educação, nos quais as mídias sejam compreendidas como instrumentos de promoção da cidadania e do pensamento crítico.

Além da fundamentação teórica, o livro apresenta experiências e casos concretos que ilustram como as dinâmicas comunicacionais podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, ampliando as possibilidades pedagógicas e favorecendo práticas mais dialógicas e participativas.

Por fim, Citelli defende uma abordagem integrada entre comunicação e educação, capaz de preparar jovens para os desafios da sociedade contemporânea. A obra constitui referência relevante para educadores/as que desejam compreender e aplicar as potencialidades das mídias no contexto escolar, mantendo como horizonte a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos. Reforça-se, assim, a concepção da escola como espaço de experimentação, reflexão e análise das transformações culturais decorrentes das novas tecnologias.

## ESTUDO DE CASO

O que um grupo de estudantes do 8º ano, um professor de português e uma associação de moradores podem fazer juntos, trabalhando com um jornal mural, um jornal escolar e em parceria com o jornal (*O Progresso*), da cidade vizinha?

Parece brincadeira, mas foi a partir dessa equação que essa turma conseguiu uma antena de celular para sua comunidade, resolveu o problema do “lixão” que se acumulava há meses,

regularizou o transporte escolar dos/as estudantes que moravam mais distantes e transformou o lugar onde viviam em um espaço de visibilidade, ecoando suas vozes e aprendendo, na prática, o que é cidadania e como desenvolver uma leitura crítica da realidade. Ah, e ainda conquistaram uma coluna (*Itahum Fatos e Fotos*) no jornal sediado na segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul, atrás apenas de Campo Grande, o que gerou interesse dos políticos pela escola e pelos problemas locais.

Toda essa história aconteceu em 2011, com a turma do professor de português Domingo Rosa Vega, que criou o Projeto "Repórter por Um Dia" na Escola Estadual Antônio Vicente Azambuja, localizada na zona rural de Itahum, distrito de Dourados, Mato Grosso do Sul. O caso pode ser lido na íntegra na dissertação intitulada *Comunidade, escola, jornal escolar: um estudo de caso*, defendida em 2012 na Faculdade de Educação da UnB por Cristiane Parente de Sá Barreto<sup>12</sup>.

Para o professor Domingo, desde o início do projeto a aproximação com a comunidade se ampliou, e muitas pessoas passaram a procurar a escola para sugerir pautas para o jornal. Ele interpretou isso, à época, como a escola assumindo o papel de ponto de apoio da comunidade, um caminho, um meio de chegar até o poder público.

Para pais, mães, educadores/as, comunidade e estudantes, o maior resultado do projeto foi o novo olhar que ele despertou para o lugar em que viviam e pouco conheciam: um discurso e uma história que passaram a ser construídos coletivamente, a partir do trabalho da escola em parceria com a comunidade. Tratou-se de uma nova aprendizagem do conviver, do ser, do aprender e do fazer colaborativamente, em busca de maior participação política e cidadã.

É importante destacar que, à época, 16 professores/as da escola desenvolviam projetos com jornal em sala de aula. Apenas os/as docentes de Matemática não utilizavam o jornal *O Progresso* em suas atividades pedagógicas.

Alguns depoimentos registrados naquele período evidenciam como a iniciativa foi percebida e vivenciada pela comunidade escolar:

---

<sup>12</sup> A dissertação pode ser acessada em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12413>.

Eles não sabiam o que era um jornal. E nós socializamos um. Eles viviam em um mundo no qual eles não se atentavam para o que acontecia em volta deles e agora é diferente. Eles despertaram. Eles sabem que o lixo que está ali está errado, que faz mal, que contamina o lençol freático. Aprenderam que a rua em que eles moram está ruim, precisa ser asfaltada (Lily, Coordenadora).

[...] ser repórter por um dia é a oportunidade que esses estudantes têm de se colocar frente à realidade e chegar frente ao administrador, ao gestor e poder falar assim: "prefeito, deputado estadual, federal, senador, nosso problema é esse, estamos denunciando, queremos solução". Essa é a parte mais magnífica do resultado do trabalho da leitura. É o que faz realmente com que a gente veja aquele resultado presente... (Fátima Frota, Pedagoga)

Os depoimentos apresentados evidenciam que não apenas é possível acompanhar criticamente a cobertura realizada pela mídia sobre as comunidades escolares, mas também estabelecer interlocução com veículos de comunicação e propor parcerias capazes de gerar efeitos transformadores nas escolas e nas pessoas que as constituem.

A apresentação desse caso sinaliza a viabilidade de planejar e executar ações semelhantes, explorando tanto as possibilidades analógicas quanto as digitais de produção, circulação e acesso a conteúdos relacionados ao cotidiano das instituições educativas, de seus/suas profissionais, estudantes e familiares. Tais iniciativas ampliam a capacidade da escola de narrar a si mesma, fortalecendo sua presença no ecossistema comunicacional e reafirmando seu papel social.

## ATUALIDADES

### **Censura nas escolas: livros didáticos, liberdade de cátedra e diversidades**

Garantir a liberdade de expressão de todos os membros da comunidade escolar — diretores/as, professores/as, funcionários/as, pais, mães, familiares e estudantes — constitui condição essencial para uma educação verdadeiramente

democrática. Quando diferentes sujeitos podem se manifestar livremente, a escola consolida-se como espaço de diálogo, no qual ideias e perspectivas diversas circulam e se confrontam de maneira respeitosa. Esse movimento enriquece o processo educativo, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e o reconhecimento da pluralidade de opiniões (Freire, 1996). Sem essa liberdade, a escola corre o risco de se tornar ambiente autoritário, no qual apenas determinados discursos são legitimados.

A censura nas escolas, seja de projetos artísticos, debates ou materiais didáticos, restringe o acesso à informação e ao conhecimento. Ao abordar temas sensíveis com responsabilidade, ou ao permitir que estudantes expressem suas vivências por meio de produções artísticas e reflexivas, a escola cumpre sua função formativa, preparando cidadãos/ãs conscientes e capazes de dialogar com a complexidade do mundo social. A proibição de conteúdos sob justificativas morais ou políticas, por sua vez, frequentemente revela preconceitos e impede o contato com a diversidade cultural presente na sociedade. A educação não deve formar sujeitos para uma realidade artificialmente protegida, mas para o enfrentamento crítico do mundo real.

A participação ativa de pais, mães, familiares e responsáveis também é elemento central para uma gestão democrática. Quando esses sujeitos têm espaço nas decisões escolares – em reuniões, conselhos ou projetos pedagógicos – a educação torna-se mais inclusiva e representativa. Impedir sua manifestação fragiliza a relação entre escola e comunidade e desconsidera o direito de participação na formação das novas gerações (Paro, 2019). Nesse sentido, a liberdade de expressão configura-se não apenas como direito individual, mas como instrumento de construção coletiva.

Uma escola que valoriza a liberdade de expressão tende a se tornar ambiente mais criativo, acolhedor e preparado para os desafios contemporâneos. A circulação de diferentes vozes, por meio de grêmios estudantis, jornais escolares, saraus culturais ou assembleias, fortalece a autonomia discente e qualifica o processo educativo. Como ressalta Moacir Gadotti (2000), o papel da educação não é doutrinar, mas formar sujeitos capazes de questionar, criar e transformar a sociedade.

Diante da relevância da liberdade de expressão e da promoção das diversidades nas escolas, diversos documentos e cartilhas foram produzidos com orientações à comunidade escolar. Entre eles, destaca-se o *Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas* (ABGLT *et al.*, 2018), organizado por entidades educacionais e de direitos humanos. A publicação oferece orientações práticas para professores/as e gestores/as enfrentarem tentativas de censura no ambiente educacional, apresentando estratégias jurídicas, pedagógicas e políticas para a proteção da liberdade de ensino e de expressão, especialmente diante de iniciativas como o Escola Sem Partido.

O Manual enfatiza a importância de se fundamentar na legislação educacional brasileira e nos princípios constitucionais que asseguram o pluralismo de ideias e a liberdade docente. Apresenta casos concretos de perseguição a educadores/as, sugere modelos de documentos para respostas jurídicas a acusações infundadas e orienta sobre a organização de ações coletivas em defesa da educação pública e democrática. Ressaltamos que a censura não viola apenas direitos dos/as profissionais da educação, mas também o direito dos/as estudantes a uma formação crítica e plural.

Nesse sentido, o material configura-se como instrumento de fortalecimento da atuação docente, reafirmando que a escola deve ser um espaço de debate e reflexão, e não de silenciamento. Oferece orientações para lidar com pressões externas, mantendo o compromisso com uma educação voltada à cidadania e ao pensamento autônomo, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

Outro aspecto relevante relacionado aos temas desta unidade é a liberdade de cátedra, princípio essencial ao processo educativo e que tem despertado atenção diante de tensões e riscos contemporâneos. Entre as contribuições recentes para esse debate está a obra *Liberdade Acadêmica: Aspectos Jurídicos em Perspectiva Comparada* (2022), de Nina Ranieri e Angela Limongi. O livro analisa o conceito de liberdade acadêmica sob a perspectiva jurídica em diferentes países, evidenciando sua centralidade para o desenvolvimento científico e educacional.

A obra demonstra que sistemas democráticos tendem a oferecer maior proteção à liberdade acadêmica, resguardando professores/as, pesquisadores/as e estudantes para que possam produzir e disseminar conhecimento sem interferências indevidas. Examina, ainda, casos de violação e as respostas jurídicas adotadas em distintos contextos, com atenção às ameaças contemporâneas, como censura, perseguição política e restrições orçamentárias que comprometem a autonomia institucional.

A análise ressalta que a liberdade acadêmica está intrinsecamente ligada a outros direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e de pesquisa, sendo indispensável para a ciência e para a educação de qualidade. A publicação apresenta recomendações para o fortalecimento da proteção jurídica desse direito no Brasil, sugerindo aprimoramentos legislativos e políticas públicas que ampliem a autonomia das instituições de ensino e pesquisa. Disponível gratuitamente<sup>13</sup>, a obra constitui referência relevante para a compreensão dos desafios atuais da produção de conhecimento e para a defesa da educação e da ciência como pilares da democracia.

## CONEXÕES

As escolas e demais instituições de ensino ou acolhimento figuram com frequência em filmes de ficção e documentários, que podem ser mobilizados como instrumentos de reflexão sobre a comunicação escolar e suas representações sociais. Essas obras possibilitam que gestores/as, professores/as, funcionários/as, pais, mães e estudantes discutam a imagem da escola perante a sociedade, ao mesmo tempo em que favorecem a análise crítica de fluxos, práticas e procedimentos pedagógicos. Ao abordar conflitos, desafios e experiências cotidianas no ambiente escolar, o cinema e o audiovisual contribuem para ampliar o debate sobre autoridade, diversidade, inclusão, relações de poder e cultura institucional. Além disso, permitem problematizar estereótipos, narrativas midiáticas e percepções públicas acerca da escola e de seus/suas profissionais.

<sup>12</sup> A obra está disponível gratuitamente em:  
<https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/766/682/2533>.

A seguir, apresentamos alguns títulos de filmes, acompanhados de seus respectivos diretores, ano de realização e breve síntese de conteúdo, com o intuito de subsidiar análises e discussões no contexto da educação midiática:

**Ao Mestre, Com Carinho** (Direção de James Clavell, 1967) – clássico britânico que narra a história de um engenheiro desempregado que aceita lecionar em uma escola problemática de Londres. Com métodos não convencionais, conquista uma turma de adolescentes rebeldes, ensinando lições de respeito e autoconfiança que vão além do currículo escolar.  
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYX17c31JzM>.

**Anjos do Arrabalde** (Direção de Carlos Reichenbach, 1987) – drama brasileiro que acompanha três professoras de uma escola pública na periferia de São Paulo, enfrentando desafios sociais e estruturais. O filme retrata, com sensibilidade, a realidade do ensino público e a dedicação das educadoras diante das adversidades.  
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dqxj26YPURs>.

**A Voz do Coração** (Direção de Christophe Barratier, 2004) – filme francês que narra a história de um professor de música em um internato para crianças carentes. Por meio da música, ele transforma a vida dos/as alunos/as e da comunidade escolar, abordando temas como inclusão, superação e o poder transformador da arte na educação.  
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Uc3d4zBFey>.

**Pro Dia Nascer Feliz** (Direção de João Jardim, 2006) – documentário brasileiro que retrata o cotidiano de estudantes em diferentes escolas públicas do país, revelando desigualdades, desafios e esperanças do sistema educacional. Com depoimentos emocionantes, mostra a realidade de adolescentes em contextos sociais diversos.  
Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=C\\_eaWWegUCI&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=C_eaWWegUCI&t=1s).

**Escritores da Liberdade** (Direção de Richard LaGravenese, 2007) – baseado em fatos reais, acompanha a trajetória de uma professora em uma escola marcada pela violência e tensão racial. A literatura torna-se sua principal ferramenta para inspirar os/as alunos/as a transformarem suas vidas, rompendo ciclos de violência.

Disponível em:

<https://www.primevideo.com/-/pt/detail/Escritores-da-Liberdade/OKSV2LW9N5YAHJ69BMOLIMVONF>.

**Entre os Muros da Escola** (Direção de Laurent Cantet, 2008) – Inspirado em livro autobiográfico, retrata o cotidiano de um professor em uma escola multicultural dos subúrbios de Paris, explorando conflitos culturais e os limites do sistema educacional. Oferece um olhar realista sobre os desafios do ensino em contextos de diversidade.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/institutosaberincluir.org.br/videos/entre-os-muros-da-escolafran%C3%A7ois-marin-trabalha-como-professor-de-l%C3%ADngua-frances/204892403446776/>.

Além de filmes e documentários, *podcasts* e sites especializados também disponibilizam conteúdos relevantes para subsidiar reflexões e práticas escolares voltadas à comunicação, à educação e aos direitos humanos. Esses recursos ampliam o repertório formativo da comunidade escolar, oferecendo análises, entrevistas, relatos de experiências e materiais de apoio que podem ser incorporados a projetos pedagógicos.

**Curti e daí** – *Podcast* e *videocast* do Instituto Vero que busca compreender como a juventude se percebe nas mídias sociais. Inclui o desenvolvimento de trilhas pedagógicas para educadores e campanhas educativas sobre temas como cyberbullying.

Disponível em:

<https://open.spotify.com/show/OmoJZBpLBfFzzHhZ95SLU>.

**Escola sem Fake News** – projeto de extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em parceria com a Escola de Educação Básica da UFU (ESEBA), o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Desenvolve ações educativas para combater a desinformação e os discursos de ódio em espaços escolares e

universitários.

Disponível em: <http://www.portal.ileel.ufu.br/acontece/2024-07-escola-sem-fake-news/>  
<https://www.instagram.com/escolasemfakenews>.

**Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)** – oferece cursos de diferentes níveis, desde formações rápidas até pós-graduação. Entre eles, destaca-se o curso de Comunicação Não Violenta, que apresenta os principais conceitos e pilares para uma comunicação mais assertiva e empática.

Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/463>.

**O papel das bibliotecas na educação midiática** – *live* do programa *Educamídia*, com Wander Filho, Soraia Lacerda e Mariana Ochs, discutindo como bibliotecas podem ser espaços estratégicos para o desenvolvimento de ações de educação midiática.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xj4RtpE52-c>.

**Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal (RBE)** – programa do Ministério da Educação de Portugal que integra e fortalece bibliotecas escolares como centros de leitura, informação, aprendizagem, educação midiática e cidadania crítica em todas as etapas da educação básica.

Disponível em: <https://www.rbe.mec.pt>.

**Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB)** – abriga a Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares (CBBE), importante espaço colaborativo voltado ao fortalecimento de práticas e políticas relacionadas às bibliotecas escolares. A federação também organiza o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, que completou 70 anos em 2024, cujos anais trazem artigos sobre a relação das bibliotecas com a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Disponível em: <https://febab.org/>.

**Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA)**<sup>14</sup> – principal organismo internacional de

---

<sup>14</sup> A IFLA produz materiais de referência, como: News Literacy Curriculum Toolkit (2024): <https://repository.ifla.org/items/f19f0b3b-2e3e-4cc5-aa73-301a86b5d340> e IFLA MLCE Guidelines (Media Literacy Case for Educators): <https://repository.ifla.org/items/3949f571-3f27-4e99-96cf-f41b92d57d05>

representação das bibliotecas e dos serviços de informação. Promove o acesso equitativo à informação e reconhece a alfabetização midiática e informacional como competência essencial no século 21.

Disponível em: <http://www.ifla.org/>.

## LEGISLAÇÃO

**Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** – define os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, assegurando proteção integral e prioridade absoluta. Estabelece deveres do Estado, da família, da escola e da sociedade na proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Acesse a lei em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

**Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** – estabelece a organização da educação nacional. Em seu Art. 3º, afirma como princípios do ensino o respeito à liberdade e a promoção da tolerância. Prevê ainda que o currículo deve incluir temas transversais, como ética e cidadania. Reforça a liberdade de cátedra ao dispor que o ensino deve se basear no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Acesse a lei em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).

**Lei nº 13.185/2015 – Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)** – institui o programa nacional de prevenção e combate ao *bullying* em ambientes escolares e define o que é intimidação sistemática, estabelecendo que escolas e instituições de ensino devem desenvolver ações preventivas e formativas.

Acesse a lei em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm).

**Lei nº 14.811/2024 – Tipificação do bullying e do cyberbullying como crimes** – altera o Código Penal e o ECA para incluir o bullying e o cyberbullying como crimes, além de prever agravantes em casos de violência nas escolas. Acesse a lei em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14811.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14811.htm).

**Decreto nº 11.469/2023 – Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para enfrentamento da violência nas escolas** – cria o grupo responsável pela elaboração de diretrizes nacionais para o enfrentamento da violência nas escolas e pela proposição de políticas públicas intersetoriais. Acesse o decreto em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/d11469.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.469%2C%20DE%205.que%20lhe%20confere%20o%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11469.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.469%2C%20DE%205.que%20lhe%20confere%20o%20art.)

**Plano Nacional de Enfrentamento ao Ciclo da Violência nas Escolas (2023)** – elaborado a partir dos trabalhos do GT Interministerial, o plano apresenta um conjunto de ações voltadas à promoção de ambientes escolares seguros, com foco na prevenção da violência, no fortalecimento das redes de apoio e na valorização da cultura de paz. Acesse o plano em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>.

**Constituição Federal de 1988** – O art. 206 da Constituição assegura a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber como princípio da educação. Essa garantia, conhecida como Liberdade de Cátedra, protege o exercício profissional dos/as educadores no espaço escolar, garantindo autonomia pedagógica e liberdade para o trabalho crítico e reflexivo. Acesse a Constituição Federal em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>.

## VOCABULÁRIO

**Bullying:** comportamento agressivo, intencional e repetitivo, marcado pelo desequilíbrio de poder entre agressor/a e vítima. Pode envolver agressões físicas, verbais, psicológicas ou sociais, com o objetivo de intimidar, humilhar ou excluir, causando sofrimento e impactos negativos ao bem-estar e ao desenvolvimento da vítima.

**Cyberbullying:** forma de *bullying* que ocorre no ambiente virtual, utilizando tecnologias digitais como redes sociais, aplicativos de mensagens, e-mails e jogos on-line para praticar atos de agressão, humilhação, difamação ou exclusão. Caracteriza-se pelo anonimato, pela rápida disseminação de conteúdos e pela dificuldade de remoção, o que o torna particularmente nocivo e de longo alcance.

**Comunicação Não Violenta (CNV):** abordagem de comunicação que busca promover empatia, compreensão mútua e resolução pacífica de conflitos. Baseia-se em quatro componentes principais: observação sem julgamento, identificação e expressão de sentimentos, reconhecimento de necessidades universais e formulação de pedidos claros e concretos. Seu objetivo é estabelecer conexões autênticas e colaborativas entre as pessoas.

**Holística:** palavra derivada do grego holos ("todo" ou "inteiro"), refere-se a uma perspectiva que compreende sistemas ou fenômenos considerando todas as suas partes e interconexões. No contexto do ecossistema midiático e da educação midiática, uma abordagem holística implica analisar a mídia como um sistema complexo e interdependente, levando em conta atores (produtores, distribuidores, audiências, anunciantes, reguladores), tecnologias (televisão, rádio, internet, plataformas digitais), conteúdos (notícias, entretenimento, publicidade) e forças econômicas, sociais e culturais. Essa visão permite compreender as dinâmicas de poder, os fluxos de informação, as

transformações tecnológicas e o impacto da mídia na sociedade, favorecendo análises mais completas e contextualizadas.

**Interseccionalidade:** conceito que descreve como diferentes categorias de identidade social, como raça, etnia, gênero, orientação sexual, classe social, religião, deficiência, entre outras, interagem de forma simultânea. Essas interações podem gerar sistemas específicos de identidade, opressão, discriminação e/ou privilégio. A interseccionalidade busca compreender como essas categorias se cruzam e influenciam mutuamente, moldando experiências, oportunidades e desigualdades, inclusive no ecossistema midiático.

**Violência escolar:** engloba atos agressivos e prejudiciais que ocorrem dentro ou no entorno da escola, envolvendo alunos/as, professores/as, funcionários/as e, em alguns casos, a comunidade externa. Pode manifestar-se por meio de *bullying*, agressões físicas, verbais ou psicológicas, vandalismo e conflitos interpessoais, comprometendo a segurança, a aprendizagem e o bem-estar coletivo.

## ASSIMILE

### Representações midiáticas moldam percepções sociais

A mídia exerce forte influência sobre a forma como a sociedade percebe a escola e os/as profissionais da educação. Frequentemente, essas representações são simplificadas, reforçam estereótipos e alimentam percepções de desconfiança. É fundamental reconhecer, contudo, que a escola não se resume a cenário de crises ou a palco de histórias individuais de superação. Trata-se de um espaço coletivo, plural e político, no qual se constroem experiências formativas e relações sociais complexas.

Nesse sentido, produzir e interpretar criticamente conteúdos midiáticos constitui prática essencial para o fortalecimento do ecossistema comunicativo escolar e para a valorização do papel democrático da educação na sociedade.

## REFLITA

Cabe refletir sobre como a mídia tem retratado a profissão docente e as instituições escolares. Com que frequência a imagem da escola pública aparece associada a problemas como violência, precariedade ou "falta de autoridade"? Em contraste, histórias de êxito costumam ser apresentadas como exceções heroicas, e não como expressões de esforços coletivos e processos estruturais. Diante disso, torna-se pertinente questionar quais outras narrativas poderiam ou deveriam ser contadas e de que maneira a produção midiática realizada no próprio contexto escolar pode contribuir para transformar essas representações, ampliando a visibilidade de experiências plurais e fortalecendo a imagem pública da educação.

## REFERÊNCIAS

ABGLT *et al.* **Manual de defesa contra a censura nas escolas.** Brasília: CNTE, 2018. Disponível em: <https://manualdedefesadasescolas.org.br/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BERTRAND, C. J. **A deontologia das mídias.** Bauru: EdUSC, 2002.

BUENO, W. C. **Comunicação empresarial:** teoria e pesquisa. Barueri: Manole, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas. **Ataques às escolas no Brasil:** análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola segura:** como lidar com conteúdos de violência on-line e conversar com crianças e jovens sobre o tema. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha\\_escola\\_segura.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilha_escola_segura.pdf). Acesso em: 14 abr. 2025.

CARMAGNANI, A. M. G. Linguagem e exclusão: o discurso da mídia sobre o professor e a escola. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 499-514, 2009. Disponível em: <https://scielo.br/j/rbla/a/qhPHYzCfSzTGRksjGqPhmNc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CITELLI, A. (ed.). **Comunicação e educação**: dinâmicas midiáticas e cenários escolares. Ilhéus: EDITUS, 2021. *E-book*. DOI: 10.7476/9786586213379. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/trzc8>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DELIBERADOR, L. M. Y.; LOPES, M. F. Mídia-educação e cidadania: relato de três experiências realizadas com crianças e jovens no Paraná (Brasil). **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 10, n. 19, 2014. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/146>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FANTIN, M. **Mídia-educação**: conceitos, experiências e diálogos. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FENGLER, S. *et al.* (org.). **The global handbook of media accountability**. New York: Routledge, 2021.

FONSECA, V. **Media training**: como se preparar para falar com a imprensa. São Paulo: Summus, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

FREIRE FILHO, J. Mídia, estereótipo e representação das minorias. **Eco-Pós**, v. 7, n. 2, 2024. DOI: 10.29146/eco-pos.v7i2.1120. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/1120](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1120). Acesso em: 12 abr. 2025.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/A\\_bonitez\\_a\\_de\\_um\\_sonho.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/A_bonitez_a_de_um_sonho.pdf).

GUARESCHI, P. A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Ed. Esp., n. 3, p. 33-46, 2000. DOI: [10.5007/%25x](https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24122). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24122>. Acesso em: 15 abr. 2025.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-29.

KARAM, F. J. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2013.

KUNSCH, M. M. K. **Relações públicas e comunicação organizacional**. São Paulo: Difusão, 2003.

LOPES, F. *et al.* **Serviço público de media**. Lisboa: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: <https://www.culturaportugal.gov.pt/media/12019/servic-o-pu-blico-de-me-dia.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

MEDITSCH, E. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Florianópolis: Insular, 2019.

MONTENEGRO, L. M. B. As representações das populações indígenas na TV Brasil nas perspectivas da pluralidade e diferença cultural. 2017. 154 f. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24090>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2015.

NASCIMENTO, R.; BRASIL, M. Após alerta da Interpol, menor suspeito de planejar ataque a escola no Rio é apreendido. **G1**, 24 mar. 2023. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/24/apos-alerta-da-interpol-menor-suspeito-de-planejar-ataque-a-escola-no-rio-e-apreendido.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ORIGUELA, D. Escola questiona lanche de criança celíaca e sugere que ela fique sem comer. **Uol**, 29 abr. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/04/29/parana-crianca-celiaca-discussao-entre-escola-e-mae.htm#:~:text=O%20diagn%C3%B3stico%20de%20doen%C3%A7a%20cel%C3%ADaca,%C3%A0%20dieta%20adequada%20na%20escola>. Acesso em: 12 maio 2025.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2019. Disponível em: [https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/gdep\\_4ed-rev-atual-2.pdf](https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/gdep_4ed-rev-atual-2.pdf).

PAULINO, F. O. Responsabilidade social da mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil. In: Christofoletti, R. (org.). **Vitrine e vidraça**: crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: LabCom, 2010. (Série: Estudos em Comunicação). Disponível em: [https://www.kufunda.net/publicdocs/Vitrine%20e%20vidra%C3%A7a\\_Cr%C3%ADtica%20de%20M%C3%ADdia%20e%20Qualidade%20no%20Jornalismo.pdf](https://www.kufunda.net/publicdocs/Vitrine%20e%20vidra%C3%A7a_Cr%C3%ADtica%20de%20M%C3%ADdia%20e%20Qualidade%20no%20Jornalismo.pdf). Acesso em: 8 jun. 2025.

PAULINO, F. O. **Ética, responsabilidade e qualidade do jornalismo**: como experiências internacionais podem ser úteis para práticas brasileiras. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12101.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

PONTES, R. **Tópicos especiais**: leituras de Paulo Freire e Educação Popular. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2021. <https://revistas.icesp.br/index.php/CPF/article/download/2722/1614>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RANIERI, N.; LIMONGI, A. (org.). **Liberdade acadêmica**: aspectos jurídicos em perspectiva comparada. São Paulo: IE/USP. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/766/682/2533>. Acesso em: 13 abr. 2025.

RIBEIRO, C. P. de S. **Observatórios de media e imprensa**: espaços de participação e literacia mediática em Portugal e no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, 2019. Disponível em: <https://repositorium.uminho.pt/handle/1822/64387>. Acesso em: 8 jun. 2025.

RIBEIRO, C. P. de S. **Comunidade, escola, jornal escolar**: um estudo de caso. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12413>. Acesso em: 8 jun. 2025.

RICARDO FILHO, G. S. **A boa escola no discurso da mídia**: um exame das representações sobre educação na revista Veja (1995-2001). São Paulo: Editora da Unesp, 2016. E-book. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/boa-escola-discurso-m%C3%ADdia-ebook/dp/B008S7Q8RQ>.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Agora, 2006.

SILVA, J. M. da. **O que pesquisar quer dizer**: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES. Porto Alegre: Sulina, 2010.

TORQUATO, G. **Tratado de comunicação organizacional e política**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005